



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

PEDRO SERAFIM DE MOURA

**SAÚDE PÚBLICA E SERTÃO NA REPÚBLICA VELHA (1890-1930):
Ciência, Médicos e o “Sertanejo Tricentenário”**

PICOS-PI

2018

PEDRO SERAFIM DE MOURA

**SAÚDE PÚBLICA E SERTÃO NA REPÚBLICA VELHA (1890-1930):
CIÊNCIA, MÉDICOS E O “SERTANEJO TRICENTENÁRIO”**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal do
Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda
Coe

PICOS-PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929s Moura, Pedro Sarafim de
Saúde pública e sertão na República Velha (1890-1930): ciência, médicos e o "Sertanejo Tricentenário"/ Pedro Sarafim de de Moura. – 2018.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (80 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

1. Saúde Pública. 2. República. 3. Ciência-Sertão. I. Título.

CDD 981.05

SERAFIM DE MOURA

**SAÚDE PÚBLICA E SERTÃO NA REPÚBLICA VELHA (1890-1930):
CIÊNCIA, MÉDICOS E O “SERTANEJO TRICENTENÁRIO”**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

Data da Aprovação: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

AGOSTINHO JÚNIOR HOLANDA COE

Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe - Orientador

Romão Moura de Araújo

Prof. Ms. Romão Moura de Araújo – Examinador Externo

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiro e principalmente aos meus pais, o senhor e a senhora Cicero Antônio de Souza e Beatriz Feliz da Silva, por terem me dado educação, se não tiveram meios de seguir com os estudos, pois não tiveram tais oportunidades em sua infância, fizeram de todo o possível para que eu desfrutasse da melhor maneira os benefícios de uma educação escolar. Ainda é graças a eles que existo e que consegui finalizar meus estudos numa universidade pública, conquista extremamente difícil em nosso país na atualidade. Aos meus pais eu deixo todo o amor e agradecimento que tenho. Só tenho e sinto orgulho das pessoas que me guiam na vida, e que orgulhosamente chamo por pai e mãe!

Agradeço a minha irmã, Antônia Fadia Felix da Silva, por ter me ajudado ao longo do percurso que foram esses quatro anos, e por sempre se manter presente, mesmo à distância. Deixo os meus abraços e agradecimentos a minha mãe Maria de Lurdes Moura, por se manter presente em minha vida, com ótimos concelhos e boas conversas. Se o destino não lhe permitiu o dia-a-dia comigo, a senhora nunca desistiu de ser mãe, mesmo com todas as adversidades que a vida lhe impôs. Para minha irmã Eduarda espero que possamos desfrutar de um futuro juntos, e que eu sirva de amparo para você, como você sempre serviu de apoio para mim. Williane, que não temos laços firmes, espero que com o tempo eles se solidifiquem.

Agradeço enormemente a todos os meus professores, desde os das sereis iniciais até os da graduação, por terem tido paciência comigo, e sempre acreditado em seus alunos, e em mim particularmente. Não é vã a escolha que fiz, o amor se não brotou primeiro pelo saber histórico, nasceu pelas pessoas que carregavam a função do saber, meus professores. Gostaria de citar casos e nomes, jogar abraços aos ventos, mas não farei, guardarei os abraços e os darei nos encontros pela vida, ainda assim agradeço especialmente ao meu professor e ex-diretor da secretaria na escola que cursei a educação básica, o senhor Ildemar Furtado. Aos professores Acrizio, Carlinhos, Luiza, Rita e demais que estiveram comigo, sou fruto em enorme parte do que aprendi e vi ao lado de vocês.

Gostaria de agradecer em especial aos professores do curso, todos que tive contato, com seus enormes conhecimentos e sabedorias me ajudaram cada vez mais a ser um ser humano melhor, um estudante consciente dos desafios da profissão, e ao fim, agora início, um

professor. Em particular, agradeço aos ensinamentos de Ana Maria Koch, mesmo que extremamente breves serviram-me de motor para a curiosidade sobre os caminhos/descaminhos da história. Iael de Sousa, professor Dayvide, foram figuras que marcaram toda a turma pelo peso de suas ações, seu saber e força com que transmitiam.

Professor Fábio Leonardo, homem da Coca-Cola, e profissional apaixonado pelo que faz, ótimo professor, sempre aceitando as nossas falas, tentando nos guiar para o melhor caminho da compreensão. Amigo de três terços do curso, que tira dúvidas na lanchonete e pelos corredores. Que faz das suas aulas algo maior que simplesmente falar de assuntos importantes, é uma das pessoas que consegue motivar o outro, que leva debate para as pessoas, que as motiva. Deixo os meus sinceros agradecimentos ao senhor por tudo o que fez. Quase que na contramão temos o professor Jaaziel, que conheci pelo meio do curso, e que logo se tornou uma figura de ótimas conversas, com sua gigantesca responsabilidade ética, guiando como exemplo os alunos. É um ser humano com que dei ótimas gargalhadas, de mente rápida e que fez das aulas as aventuras mais animadas possíveis.

Em especial agradeço ao meu professor de Teoria da História II, e que depois veio a ser meu orientador, Agostinho Júnior Holanda Coe, não só pela sua orientação, mas acima de tudo pela paciência nos momentos em que desapareci, pela confiança com os livros, pelo apoio com o debate pois, a princípio, não sabia muita coisa, mas que aos poucos ele foi me apresentando. Agradeço enormemente por acreditar no potencial dos seus alunos, de encorajá-los a seguir em frente.

Não podendo faltar os colegas de turma, com sérios riscos a integridade física se um descuido ocorrer, começo por agradecer ao meu primeiro grupo dentro da sala, grupo liderado por uma pessoa que acabou por ser minha terceira mãe, Hosana. Se não fosse pelos cuidados e conversas de Hosana, sem dúvida, os rumos teriam sido outros. Gisele, meu anjo que sempre nos dá apoio, seja nas coisas ajuizadas, seja nas loucuras, e que me manteve alimentado nos dias de carência de RU. A todo o seu apoio eu agradeço, e principalmente pela enorme amizade. Sabrina, que apesar de ser burguesa e nem um pouco calma, mostra que as pessoas são sensíveis e que a amizade é algo muito forte quando sincera. Samara, dona de um jeito único, servente de pedreiro e Barbie, mulher forte com as demais meninas, e que me mostrou muito sobre maturidade ao longo desse quatro anos. Ao meu primeiro grupo deixo as saudades das conversas, das risadas, das horas alegres que compartilhamos.

Aos valorosos debates e piadas, com seu senso de humor apurado, Carlos Albano, o Carlinhos, foi um dos sujeitos com quem mais estreitei os laços, tanto acadêmicos como os de amizade. Lhe agradeço muito pelas enormes ajudas, paciência e pelos momentos de riso

frouxo. Mariana Santos faz parte considerável da criatura que me tornei, nesses quatro anos. Amiga como poucas, as conversas, os conselhos e o mundo visto por seus olhos ainda me é fascinante, seja pela total desaprovação de suas doidices, ou pelos momentos em que mostra cálculos racionais demais para mim. Na esteira das amigas, Joyce Borges, veio e ficou, ajudando-me em tantas coisas que não sei como lhe agradecer, deixo enormes abraços. Ruthe Barão, deu-me livros, dei-lhe versos. Amiga formidável, uma pessoa que as outras pessoas deveriam conhecer. Para Renato Rocha desejo tudo de bom e agradeço por ter feito parte de momentos alegres, no qual a sua pessoa sempre nos ajuda a se divertir mais.

Nadiele Veloso e Rozi Barbosa, são duas mentes pulsantes, antes mesmo de serem mulheres. Como mulheres são enormes, gigantes, duas pessoas que impõe, que abarcam muito com suas vastas inteligências. Nadi mais piedosa que Rozi, já que a segunda guarda em si aquele humor ácido, maravilhoso. Agradeço a todos e todas de minha sala que, seja indireta ou diretamente me ajudaram ao longo dos quatro anos. Desculpe-me as inúmeras brigas e as piadas maldosas, sou o que sou hoje, também, graças ao convívio com vocês.

Não estaria aqui sem tantas pessoas que, pelo mundo ajudam as outras, e muitas vezes não recebem os abraços merecidos. Agradeço enormemente aos profissionais da UFPI, Campos Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos, pelos seus trabalhos, principalmente ao pessoal da limpeza, que sempre me proporcionou me atirar ao chão pelos corredores limpos, e que trabalham neste sol piauiense fortíssimo. Agradeço com carinho especial aos que trabalham no RU, que se não existisse, eu não existiria hoje, visto que quatros anos a base de pipoca e café mataria qualquer homem. Sem esses trabalhadores, como os técnicos, o pessoal da Biblioteca, não teria a educação de qualidade que tive. O meu muito obrigado!

Na esteira dos que me ajudaram a chegar aqui, agradeço ao senhorzinho dono de um bar na cidade de Campos Sales, que por minha ignorância não lembro o nome. Foi ali, meio escondido do mundo que eu me sentava nas últimas cadeiras esperando os carros para ir, seja para casa, seja para Picos. Agradecimentos também para uma pessoa especial, que por seu exemplo me motivou muito a ler, e ler principalmente Machado, ler poesia, que me fez ser um homem oposto ao que era. Para Patrícia de Castro Sousa, que hoje tenho como namorada, agradeço o dia em que pus meus olhos em você, dali em diante, sem dúvida, a minha vida tomou rumos diferentes. Lhe agradeço de coração por tudo, deixo o meu amor e a minha amizade, e que possamos seguir em frente juntos.

Sem o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH), teria perdido boa parte dos debates e enriquecimentos que obtive, seja pelos estudos ou pelas pessoas. Me foi de inestimável ajuda e importância o Programa Institucional de Bolsa de

Iniciação à Docência (PIBID-CAPES), que além da ajuda financeira, me proporcionou o contato com o meu espaço futuro de trabalho, com o âmbito escolar e com pessoas maravilhosas. À todos e todas que me ajudaram a chegar até aqui deixo o mais sincero e profundo agradecimento, o apoio que recebi é mola e força que continuará a me empurrar para outras conquistas.

*BUDISMO MODERNO**

*Tome, Doutor, esta tesoura, e. corte
Minha singularíssima pessoa.
Que importa a mim que a bicharia roa
Todo o meu coração, depois da morte?!*

*Ah! Um urubu pousou na minha sorte!
Também, das diatomáceas da lagoa
A criptógama cápsula se esbroa
Ao contato de bronca destra forte!*

*Dissolva-se, portanto, minha vida
Igualmente a uma célula caída
Na aberração de um óvulo infecundo;*

*Mas o agregado abstrato das saudades
Fique batendo nas perpétuas grades
Do último verso que eu fizer no mundo!*

RESUMO

Este trabalho se propõe estudar a Saúde Pública durante a Primeira República ou República Velha, durante o período de 1890-1930. O objetivo é entender como a saúde pública, entendida como um movimento não apenas sanitário, mas também político, se deslocou da Capital, Rio de Janeiro, e se propôs a *sanear* o interior do país, o dito sertão. Para tal, teremos como caminho de compreensão o estudo acerca do relatório da *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiaz*, efetuada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, por requisição da IOCS, em 1912. Esse relatório, de 1916, nos possibilita um estudo sobre o tema da saúde e do movimento em busca de sanear o sertão, de civilizá-lo, entendendo os poderes constituídos pela Ciência e pelo Estado, na sua ação conjunta em direção a um Sertão “bárbaro”. O modo como foi tomado o sertão e o sertanejo, fizeram destes “bárbaros” e “incivilizados”, ponto central das discussões científicas no alvorecer da república.

Palavras-Chave: Saúde Pública; República; Ciência; Sertão.

ABSTRACT

This paper proposes to study Public Health during the First Republic or Old Republic during the period of 1890-1930. The objective is to understand how public health, understood as a movement not only sanitary, but also political, moved from the Capital, Rio de Janeiro, and proposed to clean up the interior of the country, the so-called backlands. To do this, we will have as a way of understanding the study about the report of the Scientific Trip North of Bahia, southwest of Pernambuco, south of Piauí and north to south of Goiás, made by doctors Arthur Neiva and Belisário Penna, by request of the IOCS, in 1912. This report, of 1916, allows us to study the theme of health and the movement in order to clean up the sertão, to civilize it, understanding the powers of Science and the State in their joint action towards a "barbarian" Sertão. The way in which the backwoods and the backlands were taken made these "barbarians" and "uncivilized" the central point of scientific discussions at the dawn of the republic.

Keywords: Public Health; Republic; Science; Sertão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	122
CAPÍTULO 1 - PRIMEIRA REPÚBLICA: a emergência de <i>um sertão doente</i> e suas implicações para a Saúde Pública	166
1.1 - De Hércules-Quasímodo a um sertão doente: a representação do Sertão e do sertanejo durante a Primeira República	266
1.2 - A saúde pública piauiense: Primeira República e as contradições na busca pelo progresso	366
CAPÍTULO 2 - DO OLHAR CONTEMPLATIVO AO TRANSFORMADOR: o projeto de ações do relatório Arthur Neiva e Belisário Penna	444
2.1 - O olhar interventor: uma breve comparação entre <i>Viagens Científicas</i> e suas diferentes características.....	499
2.2 - A saúde pública como resposta para o atraso do sertão: um raio civilizador como terapêutica do atraso	566
CAPÍTULO 3 - O OUTRO LADO DA CIVILIZAÇÃO: a originalidade do norte e a resistência a um ideal de progresso.....	644
3.1 - Os embates pela civilização: os silêncios a respeito dos saberes não oficiais e o caminho traçado para o progresso	688
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	755
REFERÊNCIAS	777

INTRODUÇÃO

São muitas as possibilidades de olharmos para o passado, comumente o historiador, ou qualquer um que volte-se para os dias já vividos, usa a sua ótica, tem as suas referências como os pontos a serem levados em conta. No presente texto não é diferente, o mesmo busca entender um espaço no qual me situo e a qual pertença, o Sertão brasileiro. Como acadêmico tive a oportunidade de ser encontrado pelo tema da saúde e da doença, dentro do saber histórico na pessoa de meu orientador, o professor Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe. A República, ou o tema da política incluída no texto, são frutos, talvez dos anos da juventude, que normalmente são inquietos em alguns e noutros não, e o sentimento da necessidade de melhorias. Não digo que podemos mudar o passado, mas que o mesmo pode ganhar outros significados, dependendo do olhar atribuído por uma determinada sociedade. Pois bem, o texto que segue é uma busca por entendimentos que tornem o passado menos enfadonho, e os homens menos “incivilizados”. Se houve uma imposição de níveis civilizatórios para alguns, cabe a nós historiadores, que os enxergam com outros olhos, repensar essas construções.

Serão tratados aqui os anos que se desenrolam entre as décadas de 1890, ano que inicia o primeiro período republicano no nosso país, mesmo que a República não fosse *pública* para todos, e tem seu tempo de recorte nos anos finais dessa experiência inicial republicana em 1930. Os quarenta anos contidos serão analisados, não todos, digo um por um, visto que alguns fatos levam tempo para existir, às vezes em sequência, e em outras eles “pulam” dois ou mais anos, até décadas. Delimitando o espaço e o tempo, falta-nos os sujeitos e estes são “ilustres”, tanto em seus jalecos e gabinetes, como em suas casas no meio da mata, vivendo pacificamente o seu mundo, sem sofrer única dor por estarem supostamente longe da civilização.

Estudar a Primeira República de início pode nos levar a demarcá-la a partir do ambiente urbano central, onde as “grandes” transformações teriam ocorrido. O problema deste pensamento não é que as capitais deixassem de ser um “centro”, mas sim que somente ali estivessem os “grande” movimentos e soluções. Esse período de nossa história é rico por ser um momento de conhecimento de espaços distantes geograficamente dos grandes centros, e por uma forte luta em prol de desenvolvimento, de uma civilização ideal. Isto nos leva a sairmos da Capital e irmos ao interior do país. O interior, verdadeiramente grande em extensão e em importância para os diversos sujeitos desse período, era palco “desconhecido” em que homens e ideias “civilizadas” irão se confrontar com “outros mundos” com sujeitos e ideias opostas.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Sendo um relato de viagem, nos fornece um rico acúmulo de informações detalhadas sobre os espaços pelos quais os seus autores percorreram, estes nas figuras dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna. Este relatório veio a público em 1916, anos antes de um investida nacional para o saneamento do sertão, muito motivado pelas informações trazidas pelos médicos, como afirma o historiador Gilberto Hochman. É um texto que, além de fornecer um “quadro” do Sertão naquele período, nos possibilita entender em parte como pensavam os homens da Ciência na época, e em particular, como o saber médico tomava esta área do país em suas análises. O diagnóstico de Neiva e Penna, não fala apenas do Sertão e do sertanejo, mas também deles próprios, dos homens “civilizados” da Capital e do saber que estes portavam.

Assim, temos um estudo que não se pretende estático, ou seja, por mais que preze o entendimento do Sertão, entende-se que isto só é possível perante a compreensão das relações que se estabeleciam entre este espaço, e as demais áreas e atores de seu tempo. Na busca por compreender o Sertão da Primeira República, quando voltamos para um entendimento acerca da Saúde Pública, podemos ver que as *forças e atores* histórico sociais se locomovem, se estendem pelo Brasil como um todo, claro que guardando as suas especificidades locais. Por tratarmos de relações oficiais, do cunho de homens do Estado, facilita-nos a compreensão de como o Estado em formação pensava a si próprio, aos seus “cidadãos” e também como via os seus problemas, além das “terapêuticas” para os *Doentes*, sujeitos considerados doentes.

Não só ao relatório de viagem já citado vamos nos ater durante as nossas reflexões, outros textos, tanto na relação das obras historiográficas e literárias, como outros registros de viajantes serão analisados e problematizados, a fim de que possamos melhor entender este particular momento brasileiro, no qual médicos, em lombos de burro, saem para estudar e relatar a vida de uma área pobre, que padece pela seca, voltando com ideias bastantes diversas de sua proposta inicial, chegando mesmo a afirmar que a seca não é o problema daquela área, mas o atraso, mantido pela inércia, por uma “impermeabilidade” ao progresso e pelas doenças, que estariam devastando a vida por toda parte.

As complexas relações que são estabelecidas nessa época, tentamos entendê-las à luz de obras e autores que, voltam-se para problemáticas relacionadas ao período em questão, ao tema ou a outros conteúdos que, de primeira olhada não parecem ser significativos, mas que olhados minuciosamente, fornecem excelentes mecanismos de entendimento, como, por exemplo, as obras literárias. Diversas em suas motivações de escrita, pelas particularidades de cada autor, e que guardam muito de suas épocas, são sensíveis apresentações de realidades

vistas pelos olhos de quem as escreveu, sensíveis e ricos informes das minuciosidades, que escapam ao trato da objetividade de algumas obras de cunho científico, não perdendo o seu valor, enquanto “falas” que remetem ao passado.

O **Capítulo 1º** deste trabalho, de modo geral, aborda as relações entre os discursos produzidos sobre o Sertão e as investidas do Estado e dos médicos, na busca por “civilizar” o espaço que os mesmos denominaram de incivilizado. A entrada para o interior então é enxergada como uma busca por poder, legitimação e espaço para a implementação de um projeto de estado e de ciência, a partir dos olhares do sul do Brasil. O médico, possuidor de um saber específico, julgava, legitimado pelas ações do Estado, ilegítima a forma de vida do sertanejo, atribuindo-lhe o estereótipo do “ser doente”, além das reais problemas, tais como epidemias que assolavam o território, os males oriundos dos anseios não correspondidos, e de uma Civilização idealizada que o sertanejo, para os olhos oficiais, não possuía.

A demarcação de um lugar e de um problema, não é uma simples definição das verdadeiras doenças que atacavam o corpo dos habitantes do interior, mas sim a constatação de um atraso. A doença é enxergada como algo a mais que os males físicos, pois é o social que se está sendo avaliado, entendido aqui como o civilizado. O sertanejo foi posto, pelo discurso médico, e pelas ações do Estado no patamar de “incivilidade”, numa barbárie, sem que as suas formas de sobrevivência fossem aceitas, a exemplo das terapêuticas populares. Assim, o capítulo busca a compreensão dos paradigmas médicos vigentes e do processo de conformação do Estado e dos padrões de civilização.

No **Capítulo 2º**, realizou-se uma ligeira comparação entre a Viagem Científica de Neiva e Penna e as efetuadas por naturalistas no século XIX, partindo do pressuposto de que uma comparação entre as investidas do oitocentos, tomando as viagens efetuadas por Gardner e Spix e Martius em meados do XIX, nos possibilita perceber as diferenças DE interesses das viagens dos médicos no período da República. A originalidade das viagens do XX, bem como as suas particularidades, se tornam mais perceptíveis quando se compara os três textos, principalmente quando se problematiza alguns pontos por eles debatidos em comum, tais como: saúde, cultura, trabalho, sociedade. As temporalidades diferentes, além de nos fornecerem diversos momentos para a apreciação dos fatos históricos, nos situam em dois momentos distintos de formas de governos, saímos da monarquia, do Segundo Império, e adentramos na Primeira República. A investida para os sertões é fruto, tanto da necessidade de expansão geográfica e demarcação política, quanto pela tentativa de uma ação concreta sobre o espaço que se torna “privilegiado”, dentro do debate maior da Saúde Pública.

O **Capítulo 3º**, apesar de ser o mais curto, é o que traz para o debate a perspectiva

da existência de um “centro”, ou seja, após efetuada uma apresentação, exposição das maneiras com que a sociedade política, o Estado e um saber científico arrogam para si as rédeas do progresso e da civilização, este momento final expõe o que mais se buscou esconder e deslegitimar pelas forças ditas civilizadas, o saber com que a população sertaneja se munia no seu dia-a-dia, saber este não dado pela ciência, nem pelo auxílio do Estado, mas sim pela experiência cotidiana. Na forma da Terapêutica Popular, encontrada numa parte do texto de Neiva e Penna, e por ambos negligenciada e superficialmente comentada, é que se tem a “amostra” da vida com que vieram a entrar em contato os médicos em sua expedição. O saber por eles encoberto, saber sem “verdades legitimadas pela ciência”, sem certidão científica, mas que se mantinha ou pela “ignorância” das pessoas, ou pelo princípio da eficácia.

A última parte se caracteriza mais como uma “denúncia” do menosprezo exacerbado com que foi tratada a cultura sertaneja. O espaço e os sujeitos encontrados, apenas foram caricaturados por Neiva e Penna, resguardando-se em grande parte do texto dos médicos, uma superficialidade em questões como, as crenças das pessoas, suas falas, nomes, seus costumes. O que predomina ainda são os julgamentos de “atrasados”, “incivilizados”, “abandonados” e “inertes”. Não se aceita o relatório Neiva e Penna como um documento pacífico, mero relato científico sobre dado assunto, pois tratava-se do retrato dos interesses de um vasto grupo dominante que ansioso por poder e legitimação, deslegitimava a maioria das ações contrárias ao *ideal* de sociedade que era almejado.

O trabalho é uma construção de raciocínio sobre A problemática Saúde Pública, Sertão, Primeira República, logo, o mesmo ainda merece se aprofundar em alguns pontos, investigar outros, se cercar de estudos que abram mais os debates e os aprofundem. Buscou-se, portanto, acima de tudo entender a saúde pública não apenas restrita ao debate de quem escreveu, de quem pôde e teve espaço para expor seus argumentos de maneira oficial, além da tentativa de ouvir as vozes de quem era tomado naquele momento como objeto passivo do “progresso”

CAPÍTULO 1

PRIMEIRA REPÚBLICA: a emergência de *um sertão doente* e suas implicações para a Saúde Pública

*A passagem dos séculos me assombra.
Para onde irá correndo minha sombra
Nesse cavalo de eletricidade!?
Caminho, e a mim pergunto, na vertigem:
- Quem sou? Para onde vou? Qual minha origem?
E parece-me um sonho a realidade¹*

A passagem do século XIX para o XX trouxe em seu seio, para nós brasileiros, mais que a mera troca de nomenclatura. Éramos República ainda mesmo em 1889, por mais que neste, como nos anos subsequentes, a República fosse restrita a poucos. Objetivamos analisar neste capítulo que não é só a troca dos nomes, insignificantes muitas vezes, que buscamos compreender, mas sim, os homens, suas ações, anseios e, por que não, assombros? Vamos nos servir deste parágrafo inicial para percebermos que, a virada dos séculos XIX/XX nos proporcionará um estudo variado sobre o Brasil. Nós, teremos os olhos voltados para a *emergência de um Sertão doente*, e os seus variados quadros, com que foi moldurado e exposto, construído e apresentado ao longo das primeiras décadas do século XX.

As questões de *recortes e especificações*, fazem-se necessárias. Como já dizia Marc Bloch, os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática². Diante de tal afirmação, o presente texto pretende fazer uma análise sobre a Primeira República, mais diretamente na emergência de um *sertão doente* e suas implicações para a Saúde Pública. Chegando assim ao nosso centro da análise, a Saúde Pública durante a Primeira República, mais especificamente, como a saúde pública, enquanto movimento aos moldes do que o historiador Gilberto Hochman³ desenvolveu nos seus trabalhos, irá se locomover da capital, Rio de Janeiro, para o Sertão. Dentro deste, iremos nos debruçar sobre o território piauiense, como objeto ao qual irão se desenvolver nossas análises.

Temporalmente falamos em quatro décadas, entre os anos de 1890 a 1930, período no qual, nota-se um debate maior acerca da *Saúde* em sua relação com diversos campos, tais

¹ Trecho de *Poema Negro*, de Augusto dos Anjos. ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

² BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: HURITEC, 2012.

como podemos encontrar em Chalhoub⁴, na transição do século XIX para o XX. Como nas relações internacionais, encontradas nos trabalhos de Löwy e Finkelman, *Virús, mosquitos e modernidade* e *Caminhos da saúde no Brasil*, onde no primeiro temos a relação mais direta com os EUA, e a fundação Rockefeller, no combate à febre amarela. O segundo se dedica mais a uma amostragem das relações entre os países americanos em busca de maneiras mais seguras de tratamentos de suas respectivas doenças e surtos epidêmicos, mas sem deixar de manterem uma relação, e troca de homens/saberes entre si. Assim temos um período marcado por uma intensa relação entre os diversos atores sociais com a *Saúde* em seus múltiplos campos.

Segundo Roy Porter na sua obra *Das tripas coração*, “no século XX, portanto, a doença passou a ser conceituada como um fenômeno tanto social quanto biológico, a ser entendido em termos estatísticos, sociológicos, psicológicos e políticos (PORTER, 2004, p. 191)”. Mesmo que esta passagem abarque uma amplitude enorme, tal contexto nos ajuda a percebermos a relação entre a investida política durante a Primeira República, para o interior, para o sertão, com diversos saberes e profissionais que foram transportados para regiões até então pouco exploradas. Iremos utilizar como meio de análise deste período, as relações contidas entre política e saúde, entendendo-os como campos distintos, mas que guardaram estreitas relações. Para tal intento, teremos como texto para diálogo o Relatório de uma expedição médica, expedição entranhada dentro de uma Comissão responsável por levar Progresso, para as áreas assoladas pela seca no país, com o objetivo de termos uma “amostra” de como se portavam os homens, tanto cientistas, médicos ou políticos de carreira, em seus anseios por um mundo que idealizavam, e que deveria abarcar todos os cantos do país. Este momento histórico é repleto de *buscas*, de sujeitos que, ansioso pela “civilização” fizeram grandes investidas em prol de instalar, à força se preciso, os elementos considerados necessários ao progresso.

Num primeiro momento, nossas atenções se concentrarão no que o autor Gilberto Hochman chama de Segunda Fase do Movimento Sanitarista⁵. De início, analisaremos a

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Em suas palavras, o autor nos informa que, “a partir da década de 1870, os higienistas passaram a defender de maneira mais intransigente a ideia de que era preciso intervir no ambiente urbano com o intuito de controlar a febre amarela (Chalhoub, p. 85, 1996)”. A proximidade das relações entre o Político e o Médico é destacado como um evento que ganha intensidade nas propostas e ações no transcorrer no final do século XIX. Esta aproximação irá, décadas futuras, proporcionar a *Era do Saneamento*, ou seja, políticas fundamentadas no saber médico/científico.

⁵ Esta fase de daria entre os anos de 1910 e 1930.

expedição dos médicos *Arthur Neiva*⁶ e *Belisário Penna*⁷, médicos que tiveram uma intensa participação política durante o período da Primeira República, atuando frente a cargos de importantes órgãos e departamentos e que se voltaram para as questões relacionadas ao tratamento da Saúde Pública. Nossas reflexões se guiarão a partir de uma produção conjunta entre ambos, tendo como texto base para este primeiro capítulo o relatório da *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiaz*, efetuada no ano de 1912, pela requisição da IOCS⁸, a Inspetoria de Obras Contra as Secas, durante a direção de Arrojado Lisboa.

O referido trabalho não se restringirá somente ao relatório dos Médicos Neiva e Pena, apesar do fato de se desenvolver uma investida sanitária para o sertão, principalmente após os anos 10 do século XX. Todavia, é sobre ele que irão recair as atenções dos grupos científicos e políticos da capital, os mesmos grupos que irão nortear os sentidos da dita investida sanitária. Nas palavras da historiadora Miranda de Sá em artigo, *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina*, nos diz que,

A repercussão do relatório, no entanto, não se restringiu à imprensa ou aos periódicos médicos nem tampouco à promoção de políticas públicas de saúde na época em que foi lançado. Seu impacto não foi fugaz. As persistentes referências ao documento, anos a fio, podem ser acompanhadas em revistas de ciências e letras nas quais as controvérsias intelectuais sobre a questão nacional no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, dialogaram com suas principais temáticas (SÁ, 2009, p. 185).

A autora destaca a importância deste relatório por dois motivos, o primeiro seria pelo conteúdo. O relatório Neiva e Penna, tocaria em vários pontos de importância para a questão nacional daquele período, tais como raça, civilização, a ideia de nação e a proposta de conhecimento sobre o próprio território, bem como na sua mais destacada fala, a questão da

⁶ Nasceu em 1880, falecendo em 1943. Cientista, etnógrafo e político brasileiro. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, foi aluno de Oswaldo Cruz. Dedicou-se a profilaxia e a entomologia. Em 1916 dirigiu o Serviço Sanitário de São Paulo. Em 1923 dirigiu o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. De 1930-32, organizou e dirigiu o Instituto Biológico de São Paulo.

⁷ Nasceu em 1868, falecendo em 1939. Médico, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1890. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Venceslau Brás. Em 1920, foi nomeado diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde.

⁸ A Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) que foi criada pelo decreto n.º 7619 de 21 de outubro de 1909, como uma divisão especial do Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas, iniciou suas atividades em 1910. A nova repartição tinha como objetivos a centralização e a unificação dos serviços em toda a zona assolada pela seca, além da execução de um grande plano de combate aos efeitos das irregularidades climáticas. (SANTOS, p. 33, 2003).

saúde. Outro ponto importante deste relatório foi a sua propagação pelos diversos campos, não se restringindo apenas ao âmbito médico e/ou de gabinete político. A autora informa que é graças a Arthur Neiva e suas relações na capital que esta propagação por diversos campos, pôde se efetuar e proporcionar ao relatório um maior peso, dentro dos debates que se travaram no período⁹. Alguns daqueles debates perduraram até nossos dias, com suas importantes significações, assim como ainda nos é importante à análise deste relatório, pois o mesmo não se esgotou com o passar dos tempos, seja pelas novas possibilidades de análise, ou pela perduração das problemáticas originais que o motivaram.

Importante destacar que o Relatório é altamente rico no debate sobre saúde e nação. Seus autores, deixaram no corpo do texto um anseio de investigar, de conhecer o interior do país. Porém, não devemos entender os seus objetivos apenas como uma marcha por espaços vazios, aliás, o oposto dessa presunção é o mais rico informe trazido pelos médicos. “Os pobres habitantes do sertão do nordeste”, no dizer do relatório, foram ao longo do percurso encontrados em grande quantidade, em suas vilas e casas, quase sempre em completo abandono. Em sua passagem pela Bahia, os médicos tiveram um dos raros momentos de contato com uma população desconhecida, pois comumente se encontra no relatório falas e informes de nomes de fazendeiros e coronéis que viviam na região. Ao perguntarem sobre como era a vida para um sertanejo, eles nos trazem as seguintes considerações: “a moradia sertaneja isolada do mundo (...)”, indicando inicialmente a *solidão* dos sujeitos que aqui residiam, em seguida traz a fala do sertanejo, onde o mesmo “acabou encerrando resignadamente em dolorosa mas verdadeira imagem: “isto aqui, é uma sepultura aberta” (NEIVA, PENNA, 1916, p. 174)”. Apesar de ser uma afirmação muito significativa, a ideia de uma “sepultura aberta” nos indica as grandes dificuldades de sobrevivência destes indivíduos que viviam nessas regiões desconhecidas do sul/sudeste do país. Neiva e Penna, em seu relatório relatam um “vazio”, ausência que deve ser problematizada, pois, para os médicos, talvez, a “gente pobre” encontrada não tivesse uma vida com o mínimo de dignidade, ou que esta forma de vida não fosse a supostamente desejada “vida civilizada”.

Começamos a acompanhá-los nas suas linhas, primeiramente tomando a questão da investida sobre o território desconhecido. Neiva e Penna, assim se posicionam: “As zonas, por nós percorridas no Brazil Central ou são totalmente desconhecidas dos naturalistas estrangeiros e nacionais, como as de Pernambuco, ou o são por muito poucos como acontece

⁹ SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.16, supl.1, p.183-203. jul. 2009.

com as do Piauí e Goiás (NEIVA; PENNA, 1916, p.121)”. Além de demarcarem o desconhecimento das áreas, os médicos constroem outros argumentos dentro do texto para justificarem sua ação. Os mesmos afirmam que,

Temos que remontar a 1836, para encontrar o unico naturalista que até hoje percorreu a mesma zona que nós, entre a vila de Parnaguá no Piauí e Natividade em Goiás: queremos nos referir a GEORGE GARDNER o qual de 1836-41 percorreu o Brazil principalmente as províncias do nordeste (NEIVA; PENNA, 1916, p. 121)

Dessa forma, os médicos buscaram legitimar a sua *Viagem Científica*, demonstrando o abismo temporal entre as duas investidas. Não só o tempo é abordado pelos médicos, mas também a questão, digamos, da natureza de cada viagem. Neiva e Penna diferenciam-se dos naturalistas que por aqui passaram no século XIX e de suas problemáticas. Ao tratarem dos principais problemas aqui existentes, apontam caminhos para solucionar o suposto atraso, quando se referem ao mal de chagas, por exemplo, abordam uma doença não apenas pelo seu lado biológico, mas também se preocupando com as moradias, com o comportamento humano e com o desenvolvimento social das pessoas que seriam infectadas.

Quando se referem a uma Comissão Austríaca dirigida por Steindachner e pelo norte-americano Hasemann, os médicos Neiva e Penna dizem que: “Os resultados das observações destes naturalistas nada adiantam á nossa questão, pelo simples fato destes pesquisadores somente cojitarem de pesquisas de historia natural (NEIVA; PENNA, 1916, p. 121)”. Ocorre nessa passagem uma clara diferenciação da natureza dessas pesquisas, ou campos do saber, ou seja, Neiva e Penna quando falam sobre essa Comissão e seus resultados “de história natural”, estão ressaltando que não só o “natural” que importa para eles, mas também o humano, o social, as relações entre os indivíduos, as várias problemáticas que podem daí brotar, visto que argumentam isso quando se questionam sobre o mal de chagas, e fecham o seu argumento afirmando que, o estudo dos naturalistas “nada se refere ao assunto do presente capítulo (NEIVA; PENNA, 1916, p. 121)”.

É de importância maior a percepção de uma especificidade, a emergência de um saber médico-científico diferente do produzido pelos médicos do XIX. Este saber, e não só ele, constroem as bases que legitimam, aos olhos dos médicos, a afirmação de que outros estudos não explicam aquele território até então desconhecido, porque não eram de tal natureza científica. Nas palavras dos próprios médicos, as primeiras do relatório, “As notas de viagem, abaixo transcritas se referem a pesquisas de medicina, higiene e de historia natural feitas em 1912 numa das zonas do Brazil flajeladas pelas secas (NEIVA; PENNA, 1916, p.

74)”. Essa postura assumida no relatório, ao afirmar que os dados ali contidos são de suma importância e que são dados mais consistentes do que os que já foram produzidos, será, em diversas vezes exposto, sob a legitimação do saber médico-científico e higienista, bem como pelo saber histórico.

Esses médicos se colocaram como cientistas que reuniam as habilidades necessárias para apresentar os espaços por eles percorridos, e para isso, usaram da justificativa de ser, o saber médico-científico, o mais apto para efetuar tal tarefa. Gilberto Hochman, em *A era do Saneamento*, nos apresenta uma ótima reflexão sobre esse relatório. Vejamos,

[...] foi peça fundamental para um diagnóstico, ou melhor, para uma *redescoberta* do Brasil, que mobilizou intelectuais e políticos, e impulsionou a campanha pelo saneamento. Além disso, o retrato do país apresentado nesse documento foi comentado e reproduzido em jornais e em debates acadêmicos e parlamentares, tendo convencido e convertido parte da opinião pública ao seu cruel diagnóstico (HOCHMAN, 2012, p. 66).

O diagnóstico, que o autor se refere no final do trecho foi, fundamentado pelo saber médico-científico e teve como máxima a identificação do homem doente e suas principais causas. Este diagnóstico foi propagado pelas mãos de quem, anos anteriores tinha efetuado suas ações na capital, atuando na saúde pública, assim, e não só por essa passagem, este saber era possuidor de grande legitimidade, tanto no meio social, como no campo científico e político.

Entender como se desenvolveu e se propagou o movimento sanitário na segunda década do século XX, é também compreender que já haviam ocorrido ações sanitárias, como a que se efetuou na Capital sob a direção de Oswaldo Cruz¹⁰, e que a saúde pública era um dos assuntos em debate no início do século XX. Tornar saudável o país era um dos meios de civilizá-lo. Civilizar era tornar aquela parte do país também República, também moderna e civilizada, assim, não a deixando ser uma espécie de moléstia e/ou doença para o progresso tão almejado pelas forças políticas, científicas e sociais. Neiva e Penna a respeito daquela área, que denominaram de *Brazil Central*, fazem a seguinte afirmação,

Foi bem dolorosa nossa impressão da região e muito penosa e desconfortável nossa excursão, pela escassez ou ausência mesmo de recursos, pelo atraso e ignorância de seus habitantes, embora hospitaleiros e de índole pacífica e prestimosa. É uma região que embora há séculos habitada, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo os seus habitantes como os povos primitivos. Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996. O autor na terceira parte de sua obra faz levantamento sobre a historiografia recente a Revolta da Vacina.

estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos, contando exclusivamente com seus parquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de especie alguma, sabendo da existencia de governos, porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros (NEIVA; PENNA, 1916, p. 199).

Muitas são as questões levantadas pelos médicos nessa passagem, tais como o abandono da população pelo governo, a ignorância da população, a falta de aparato médico-higiênico, o atraso da região e sua impermeabilidade ao progresso.

O abandono em que se encontravam as pessoas que ali habitavam, é direcionado para dois pontos. O primeiro seria uma crítica à política que teria se esquecido daquelas paragens. A outra direção seria o *como* se efetuar um olhar sobre a área esquecida, ou seja, colocando o saber médico-científico como meio de ação sob o *Brazil Central*. Hochman nos informa que a crítica ao abandono, contida neste relatório apontava que, “Seria o governo e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, o grande culpado pelo abandono da população à própria sorte. (HOCHMAN, 2012, p. 67)”. Há uma clara intenção de motivar as autoridades a direcionarem uma ação sobre esta área do país, ação subsidiada pelo saber médico-científico.

As questões da *ignorância da população* e de seu *atraso* eram aproximadas da ausência de um aparato médico-científico, este entendido como um saber dotado de um significado prático explicativo para as pessoas daquela parte do Brasil e que era desconhecido dos habitantes do sul. O relatório assim expressa essas questões: “E’ um povo atrasado ainda de alguns seculos. E’ possivel que tenhamos deixado uma lenda de homens que tinham comercio com o capeta (NEIVA; PENNA, 1916, p. 201)”, efetuando quase uma análise do imaginário dos sertanejos que observavam a comissão, em *assombro*, seus utensílios de cozinha, os mecanismos de análise científica, como o microscópio. O relatório faz uma divisão entre estágios de evolução, estando a Capital no mais avançado deles, e a zona por eles percorrida dentro de um atraso temporal.

É importante analisarmos que desde o Império, já se propagavam as ideias de se implantar uma civilização nos trópicos e essa seria fundada pela implantação dos parâmetros modernos, estes por fim teriam sua distribuição pela ciência prática moderna de modelo europeu¹¹. Heloisa M. Bertal Domingos, diz que, “A ideia de civilização era um princípio epistemológico do pensamento iluminista, bastião da expansão capitalista desde o final do século XVIII (DOMINGOS, 2001.)”. Era esse ideal que serviria, no século seguinte, de

¹¹ A discursão sobre civilização e ciência nos trópicos se encontra na obra: *Ciência, civilização e império nos trópicos*. [Org. Alda Heiger; Antonio Augusto Passos Vieira]. Rio de Janeiro: Access, 2001.

parâmetro para as afirmações dos nossos *guias*, nas suas suposições de atraso, e ignorância dos sertanejos.

A busca por fixação de uma civilização nos trópicos, durante o Império, pairou sobre a implantação de espaços de saber, tais como o Jardim Botânico, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional que a seus respectivos modos deram fomento ao desenvolvimento de um saber especializado, científico no modelo europeu, segundo a obra organizada por Maria Amélia M. Dantes, na qual se encontram um conjunto de estudos sobre espaços de saber, tanto imperiais como republicanos¹². Ao tratarem do Serviço Sanitário de São Paulo, Almeida e Dantes, nos demonstram a seguinte observação: “em certo sentido, o nosso Serviço Sanitário dava continuidade às atividades desempenhadas pela junta de Higiene do Império”¹³. Não ocorreu uma quebra de sentido nas ações desenvolvidas na República, em relação ao Império, não de uma forma a deixar um desligamento completo, pois muitos dos ideais e das metas republicanas, foram desenvolvidas ainda durante a Monarquia.

Para nossas reflexões temos que estar cientes do que seria o trato da saúde efetuado por estes médicos durante a época inicial republicana, médicos representantes de um grupo, que representavam também um campo do saber com suas normas e técnicas. Julgamos importante esse esclarecimento, devido ao fato de se encontrar a *saúde pública* em contato com muitos outros campos e debates, assim ocorrendo o risco de um afastamento da compreensão ou mesmo a perda do objeto de análise. Dito isso, seguem-se as explicações. Antônio Melo Filho, em dissertação de mestrado, apresentada em 2000, para o Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, assim se posiciona: “pode-se afirmar que a Saúde Pública na Primeira República estaria ligada à própria análise das mudanças sociais, políticas e econômicas (FILHO, 2000, p. 14)”, isso se dando pelo seguinte fato,

[...] no final do século XIX e início do XX, a Medicina Social Urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, dos corpos, dos organismos, mas das coisas: do ar, da água, das decomposições, das fermentações, uma medicina das condições de vida e do meio e existência (FILHO, 2000, p. 42).

¹² DANTES, Maria Amélia M (Org). Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

¹³ ALMEIDA, Marta de; DANTES, Maria Amélia M. O serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia. In: DANTES, Maria Amélia M (Org). Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

Esclarecido este ponto, podemos prosseguir sem que haja uma perda de raciocínio. Tenhamos sempre em mente que a medicina, como forma de saber e ação, estava ligada a outros campos do saber, e que os médicos tinham que dialogar com outros grupos científicos, políticos e sociais.

O estudo de Sertão, aqui proposto, nos serve para pensarmos como a Saúde Pública, foi, após ser instalado um modelo na Capital nos anos iniciais do século XX, direcionada para o interior do país. Para compreendermos este movimento, julgamos necessário o estudo da percepção sobre o espaço ao qual se destinava as análises deste início de século. Percepção efetuada por uma elite que buscava modernizar o país. Segundo, Francisco Alcides do Nascimento, “O processo de modernização da sociedade brasileira sustentou-se na forma autoritária de governar imposto pela elite (NASCIMENTO, 2015, p. 38)”, este autoritarismo se encontra nas formulações elaboradas por grupos alheios à zona central do país, e que buscam sobre ela direcionar seus ideais de mundo, em grande maioria das vezes, deslegitimando por completo o mundo sobre o qual pretendem atuar.

Ao analisarmos o seguinte trecho do relatório, podemos perceber a busca por uma intervenção do Estado sobre o Sertão: “Raro o individuo que sabe o que é o Brazil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados. O governo é para esses párias um homem que manda na gente (NEIVA; PENNA, 1916, p. 191)”, a busca por afirmação da República é o mais presente argumento do trecho acima, mas não o único. A autora Madel Terezinha Luz nos faz perceber que o discurso da Ciência, e da medicina mais especificamente, não pode ser dissociado da realidade em que se encontra, ou seja, “A ciência é, portanto, parte do Estado, fruto histórico da necessidade de sua intervenção na vida social e sobre a vida de populações que precisavam ser organizadas de acordo com a lógica das novas relações sociais (LUZ, 1982, p. 16)”. Ora, os médicos ao afirmarem o desconhecimento do governo, revelavam um espaço onde o mesmo não existia, deslegitimando-o, assim, buscando com que este se afirmasse. Tal postura é artilosa, visto que implica a própria promoção do *médico*, como sujeito representante deste Estado.

Se partirmos da lógica de Pierre Bourdieu, teremos que,

É preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve (BOURDIEU, 2004, p. 21)

Esse autor nos leva a perceber que, dentro deste *mundo social do campo científico*, ocorrem também anseios, e que estes são próprios dele, ou seja, não seguem, necessariamente, a lógica do mundo “externo”. Os médicos buscavam se afirmar como agentes do Estado, bem como agentes científicos capazes de dar respostas às questões da sociedade. Vimos esse debate quando eles traçam uma diferença de natureza entre a sua comissão, da *Viagem Científica* por eles efetuada, e as desenvolvidas por naturalistas.

A comissão da *Viagem Científica*, saída da Capital, levou para o Sertão homens ansiosos pelo progresso, pela civilização e pela modernização do país. Neiva & Penna pintaram um quadro muitas vezes desolador das localidades por onde passaram, assim estabelecendo, em oposição a um sentimento otimista de Nação, um contrário quadro fragmentado, onde puseram esta Nação em partes, e as montaram hierarquicamente partindo de seus próprios conceitos de mundo. Em suas palavras,

Por iniciativa própria aqueles habitantes serão incapazes de sair da grande pobreza em que vivem, o espírito de iniciativa é pequeno e, esse mesmo, anula-se diante do *isolamento* em que jazem. É necessário estabelecer vias de comunicação pois as que existem, são absolutamente impraticáveis á *penetração do progresso* (NEIVA; PENNA, 1916, p. 181)¹⁴

Em destaque temos, primeiro, o estado em que se encontravam os sertanejos, como que fora do Brasil, e do avanço da civilização, em isolamento, estáticos, imóveis e incapazes de ação por suas próprias forças. No segundo momento temos a civilização, pois que o progresso era advindo da área que *penetraria*, ou seja, vindo de ambiente externo aquele percorrido, trazendo *o progresso*. Neste trecho se institui dois polos dentro de um mesmo país, sendo um *estático* e o outro estando em continuo *avanço*. Quase uma bipolarização entre interior/atrasado e costa/desenvolvida.

O debate sobre saúde, durante a Primeira República, recai sobre como foi visto o espaço de atuação dos agentes sanitários, ou seja, com a saúde tida como ordenação do meio e do espaço, e não necessariamente como cuidado com os organismos, pois o meio de atuação era muitas vezes um determinante para as ações a serem tomadas. Ilana Löwy, em estudo sobre a Febre Amarela no Brasil, nos diz que, “A partir do início do século XX, os médicos brasileiros participam com entusiasmo dos projetos de modernização do país (LÖWY, 2006, p. 101)”, as produções sobre o espaço do interior, efetuadas pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, eram reflexos dos anseios de um grupo receoso por poder, participação e por instalar um mundo no qual onde fossem reconhecidos.

¹⁴ Grifo nosso.

Se aceitarmos essa reflexão, juntamente com as dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, teremos uma proposta de saúde baseada em civilizar o homem, e o meio. Criou-se uma terapêutica específica, a ação sanitária, para uma doença específica, o atraso dos sertanejos. Neiva e Penna, “deram atenção especial à elevadíssima prevalência das doenças. A malária está em toda parte (LÖWY, 2006, p. 102”), assim os médicos, construíram um outro direcionamento às explicações até então conhecidas sobre os motivos do atraso do país, tornando assim, “mais difícil para as elites das cidades do litoral ignorar a situação do interior do país (LÖWY, 2006, p. 104).

Buscou-se inserir o Sertão dentro da convivência dos parâmetros modernos de higiene e saúde, bem como dentro da Civilização. Esse debate sobre Saúde e Civilização teve, como resultado, por exemplo, a criação da Liga Pró-Saneamento, em 1918, como nos informa Löwy e Hochman, acarretando um direcionamento mais enérgico das forças políticas e higiênicas para o interior.

Não é nosso objetivo desenvolver agora o debate sobre as implicações desse movimento para o Sertão. Essa nossa primeira reflexão serviu-nos para expor somente o debate inicial, a saber, a investida sanitária para o sertão, no início do século XX, e como essas investidas faziam parte de uma busca pela Nação, Civilização e Progresso, além de estarem inseridas dentro de um debate de grupos, ora políticos, ora científicos e sociais.

1.1 - De Hércules-Quasímodo a Doentes: a apreensão e apresentação do Sertão e do sertanejo durante a Primeira República

Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapa à devastação da rama; mas em geral as pobres arvores apareciam lamentáveis, mostrando os cotos galhos como membros amputados e a casca toda raspada em grandes zonas brancas¹⁵

Em 1902, como que abrindo as portas do século XX, é lançado *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Obra que relata mais que uma guerra, trazendo aos olhos dos habitantes da Capital os *extraordinários patricios*, que viviam praticamente alheios à civilização do litoral, e da Capital. Euclides assim resume a investida contra Canudos, “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado (CUNHA, 2016, p. 34)”. O autor não se detém em sua

¹⁵ QUEIROZ, Rachel de. O quinze. 93ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

escrita somente em caracterizar quadros de batalhas, ou seja, por mais que o evento fosse de caráter de luta, Euclides registrou em seu texto, também o homem e a terra.

A apreensão de Euclides sobre Canudos, e sobre os sertanejos, aqueles “desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos (CUNHA, 2016, p. 132)”, inserindo-os dentro de um país que buscava o progresso e a civilização, nos é útil, pelo fato de que se insere, tanto a Guerra de Canudos como a formulação e formação de seu escritor, na passagem do século XIX para o XX. Nas duas últimas décadas do XIX, tornamo-nos República, mas disto não se deve aceitar que uma *mudança*, no social, no político, e no cultural tenham ocorrido. Já em 1912, dez anos após o lançamento de *Os Sertões*, e a mais de uma década da Guerra de Canudos, Neiva e Penna, fazem a sua *Viagem Científica*, e em 1916 nos oferecem um relatório no qual ainda ecoava o mesmo som euclidiano, ser o sertanejo e o sertão incivilizados.

Os dois médicos, como também Euclides, fazem um diagnóstico do bárbaro, do incivilizado, e buscam em suas linhas levar para a Capital as impressões que tiveram. Euclides faz um relato de *um crime*, como expressa em seu texto ter sido aquela campanha, já os médicos tem em sua *Viagem*, um caráter mais permeado pelo civilizado, ou seja, Neiva e Penna tendem a se posicionarem na busca por ação do Estado em prol de “auxílio”, de civilizar o sertão e o sertanejo. Os médicos nos dizem que, “mais algum dia virá em que a Nação compreenda finalmente a necessidade de amparar mais eficazmente zonas até há pouco iniquamente abandonadas pelos poderes públicos” (NEIVA; PENNA, 1916, p. 143). A Nação/Estado é o principal sujeito nas linhas acima referenciadas e não o sertanejo que “pena” em seu abandono, pois o foco da ação é direcionado para o mesmo.

Fato interessantíssimo e digno de nota é a impressão nos dois textos, quando adentram o território, ou seja, quando se desprendem do litoral e se entranham no interior do país. O desconhecido os impressiona, é o incivilizado, o bárbaro que nega, pela sua presença, todo o mundo de onde os viajantes tinham partido. É como se estivessem entrando em outro mundo. “E o fâcies daquele sertão inóspito vai-se esboçando lenta e impressionadoramente (CUNHA, 2016, p. 46)”, a percepção do incivilizado é no meio e no homem, “moradias ha, tão primitivas que, nem usam o barro; são entaçados de varas com cobertura de “pau de casca” ou de folha de palmeiras que também completam o revestimento das paredes (NEIVA; PENNA, 1916, p. 167)”. Euclides nos dá excelente reflexão sobre o que pretendemos demonstrar aqui, “distantes menos de cinquenta léguas, apresentam-se regiões de todo opostas, criando opostas condições à vida (CUNHA, 2016, p. 98)”. A diferença entre os dois mundos é um ponto central na visão euclidiana, bem como no relatório Neiva & Penna.

Essa exposição do *Incivilizado* e do *Bárbaro* como características do sertão e do sertanejo traz em si uma ação política, ou seja, por mais que tenha sido um crime a investida contra Canudos, ela ocorreu sendo efetuada pelo poder oficial. Assim como o que buscavam os médicos Neiva e Penna, uma investida pelo Estado, para “curar” o homem doente, para civilizar o meio, que ainda não teria tido a “oportunidade” de contato com a civilização. O sertão ainda era condenado pela civilização.

Em uma perspectiva mais econômica sobre o assunto, temos o segundo capítulo da obra *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*, onde encontramos a seguinte reflexão,

A saúde emergiu como efetiva prioridade de governo no Brasil no começo do século XX, com a implantação da economia exportadora de café, na região sudeste. A melhoria das condições sanitárias, entendidas então como dependentes basicamente do controle das endemias e do saneamento dos portos e do meio urbano, tornou-se uma efetiva política de Estado (FINKELMAN, 2002, p. 119)

A relação entre economia interna e externa é marcante para a relação do Estado e das propostas de saúde pública, como podemos verificar também em Chalhoub, ao analisar ainda a corte em suas manobras na busca por mão-de-obra estrangeira. Como já mencionamos acima, a *mudança* entre os dois regimes não se deu de forma drástica, ao contrário, muitos dos pontos que sustentavam um sistema perduraram para o seguinte.

Vale esclarecer que, não só às cidades se direcionava a saúde pública, pois mesmo com a questão econômica externa, existia a busca pela ordenação interna, tanto econômica como política. Em sua obra, Gilberto Hochman deixa claro justamente esse argumento, o de que a saúde pública foi, também, um dos meios que construíram e deram substância ao Estado que se apresentava em sua ânsia de poder. O autor desenvolve o seguinte argumento, “Ao arguir as relações entre políticas de saúde e Poder Público, assumo a hipótese mais ampla de que as políticas de saúde pública no Brasil da Primeira República tiveram papel importante na criação e no aumento da capacidade do Estado de intervir sobre o território nacional (HOCHMAN, 2012, p. 39).

Se dermos crédito ao fato do Relatório Neiva & Penna, ter tido um papel importante para o cenário político nacional contribuindo para as formulações de suas políticas sobre saúde, não podemos negar o impacto que afirmações como a seguinte, tenham causado dentro do aparato estatal ansioso por sua atuação e legitimidade,

A nação não tem consciência do verdadeiro estado das zonas flajeladas pelas secas, mesmo os filhos daquelas paragens e que a fortuna guindou às altas posições políticas, em geral, não têm conhecimento do solo nativo porquanto

se criaram nas capitais do Estado ou então no sul do paiz; de qualquer modo a unica lembrança que persiste é a da meninice e nesta idade, tudo é facilmente portentoso (NEIVA; PENNA, 1916, p. 179)

Para os médicos a maturidade do Estado residiria justamente na sua capacidade de agora, conhecendo o real diagnóstico por eles apresentado sobre a região, livrar os homens do abandono. Encontramos em Löwy afirmação semelhante, fazendo referência ao século XIX, a autora assim descreve o abandono e o desconhecimento do país sobre si mesmo, “no fim do século XIX, o abandono do Centro do Brasil é um fato consumado, e os habitantes das cidades da costa vivem, de modo geral, numa total ignorância sobre as coisas do interior (LÖWY, 2006, p. 96)”. Percebemos assim que, alguns dos pontos elencados por Neiva e Penna em 1912-16 já eram encontrados mesmo no século XIX, ou seja, a passagem do século não teria se caracterizado em mudanças, mas sim, centrada pela continuação.

Arthur Neiva e Belisário Penna, assim com Euclides nos trazem uma máxima, “as caatingas estão povoadas de habitantes, vivendo à margem da civilização (NEIVA; PENNA, 1916, p. 179)”, bem, na visão euclidiana, “estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos (CUNHA, 2016, p. 97)”. Estas máximas nos levam a ideia de que existisse de fato uma diferenciação entre as duas sociedades, a da capital e a do interior, e que na realidade existiam. O erro se encontra na hierarquização com que estas diferenças irão sendo postas ao passar do tempo, Euclides afirma que há um mundo civilizado, o da Capital e o mundo do sertão, bárbaro, incivilizado. Para justificativa usa como um dos argumentos a seguinte reflexão, “porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos (CUNHA, 2016, p. 211), a marcha linear da história é posta novamente, e lá no início do caminho é jogado o sertanejo.

Esta visão de atraso temporal também é salientada por Neiva e Penna em seu relatório, onde acrescentam a doença, como um dos meios de atraso. Os médicos assim descrevem as razões e o atraso do sertanejo, “A ausência de esforço e de iniciativa dessa pobre gente, é provavelmente do abandono em que vive, e da incapacidade física e intelectual, resultante de moléstias deprimentes e aniquiladoras, cabendo nessas regiões, á moléstia de chagas a primazia desse malefício (NEIVA; PENNA, 1916, p. 221)”. A força deste argumento reside no ataque violento a sua vítima, é a *incapacidade* do sujeito que é salientada, ou seja, além de viver em um completo abandono, o sertanejo necessitaria de outro para salvá-lo de sua solidão doentia. A terapêutica proposta pelos médicos, para o “mal” encontrado, é a seguinte:

Por iniciativa própria aqueles habitantes serão incapazes de sair da grande pobreza em vivem, o espírito de iniciativa é pequeno, e esse mesmo, anula-se diante do isolamento em que jazem. É necessário estabelecer vias de comunicação pois as que existem são absolutamente impraticáveis á penetração do progresso (NEIVA; PENNA, 1916, p. 181)

Hochman informa-nos de que, “o processo de coletivização e nacionalização da saúde, ao longo da Primeira República, revela a criação de Poder Público, tanto no que diz respeito a sua capacidade infraestrutural, quanto ao seu poder despótico (HOCHMAN, 2012, p. 43)”. O que se obtém da relação entre a ação da postura médica, de dotar o sertanejo como um doente, um “mal” ao progresso, e a ação do Estado, na busca por uma civilização, de homens e suas relações de poderes, relações políticas e econômicas, é a caracterização doentia do homem sertanejo, é a listagem de moléstias, é a revelação do abandono e da solidão do sertão, para em seguida ser apresentado o Estado e o saber médico científico, como “a luz para a escuridão em que se estava afundado o sertanejo”. As propostas, efetuadas por Neiva e Penna, estavam na “linha” dos governantes da Capital, não eram destoantes, ao contrário, enalteciam seu posicionamento, deslegitimando o mundo pelo qual percorriam nos lombos dos burros.

A historiadora Nísia Trindade Lima, na obra *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*, que comemora os cem anos da fundação da (OPAS), Organização Pan-Americana de Saúde, organizada por Jacobo Finkelman, ao fazer um balanço das “visões” sobre saúde no Brasil, nos informa que, “As imagens que associam o Brasil a doenças, especialmente às de natureza transmissível, ao contrário do que a primeira impressão pode indicar, são relativamente recentes em nossa história. Até a segunda metade do século XIX, prevalecia a ideia de “um mundo sem mal” (LIMA, p. 38, In: FINKELMAN, 2002)”.

O “mal” segundo os médicos Neiva e Penna grassava por toda parte, eram as várias doenças que em destaque no texto somam 17, relacionadas diretamente ao homem, a saber, Molestia de Chagas, Febre Amarela, Anquilostomose, Esquistosomose, Disfazia espasmódica, Vexame ou Vexame do coração, Impaludismo, Tuberculose, Sífilis, Boubó, Lepra, Leishmaniose, Molestia de HEINE-MEDIN, Difteria, Filariose, Carbunculo, Disenteria como também as Epizootias. Os médicos traçam um quadro verdadeiramente “apocalíptico” do que encontraram. Se Euclides nos dá os três séculos de diferença entre a Capital e o sertão que encontra, na última década do século XIX, Neiva e Penna, ainda mantem essa “distância” na segunda década do XX. Em suas linhas podemos observar melhor suas impressões sobre o espaço e a gente que viram.

Foi bem dolorosa nossa impressão da região percorrida e muito penosa e desconfortável nossa excursão, pela escassez ou ausência mesmo de recursos, pelo atraso e ignorância de seus habitantes, embora hospitaleiros e de índole pacífica e prestimosa. É uma região que, embora há séculos habitada, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo os seus habitantes como os povos primitivos (NEIVA; PENNA, 1916, p. 199).

Euclides, muito influenciado pelos debates sobre raça de sua época, nos dá o seguinte parecer sobre o sertanejo, “É um retrógrado; não é um degenerado. [...] despedada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada (CUNHA, 2016, p. 131)”. O autor também nos apresenta a condição de atraso da região sertaneja, “imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despedada do movimento geral da evolução (CUNHA, 2016, p.155)”. A linha reta da civilização está dada. Os degraus são os estados e entre estes o sertanejo habita o mais baixo, mais, com esforço e ajuda, conseguirá alcançar o topo da subida em rumo à civilização. Essa ideia é tão fixa que os textos chegam a se assemelhar em suas argumentações.

Continuando com o relato dos médicos temos o abandono em que jazem os *pobres sertanejos*.

Vivem elas abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos, contando exclusivamente com seus parquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de espécie alguma, sabendo da existência de governos, porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros (NEIVA; PENNA, 1916, p. 199).

O referido abandono seria a inexistência de uma forma de vida civilizada, ou o abandono seria a ausência do Estado? Fato de ser lembrado é que os médicos se encontravam dentro de uma ação do Estado. Eram representantes do Estado desconhecidos por aqueles sertanejos, logo, o seu saber também seria desconhecido e deslegitimado, ou seja, o saber médico/científico não teria meios de se implantar no sertão sem o auxílio da União, sem a Civilização que aceitava este determinado saber como válido.

Nísia Trindade nos lembra que, “a constituição de um aparato estatal na área da saúde iniciou-se efetivamente nos anos 1920, ganhando caráter nacional e acelerando-se na década seguinte (LIMA, p. 45, In: FINKELMAN, 2002)”. Não seria errôneo afirmar que esta *constituição* da saúde na década de vinte, dentro do aparelho do Estado, é filha das ações ocorridas nas décadas anteriores, principalmente as que desbravaram o interior do país e demonstraram ser possível colocar aquela área na *marcha do progresso e da civilização*. Ou

seja, melhor exemplo não sendo encontrado que a *Viagem Científica* efetuada por Neiva e Penna, em 1912, vindo a ser lido o seu relatório somente após 1916.

A miséria que as doenças, a seca, o abandono e a constante afirmação de um *atraso*, este sendo o ponto de vista dos médicos, do sertanejo, proporcionaram que estes retornassem à Capital com um quadro bem desolador sobre o que denominaram de *Brazil Central*. O seguinte trecho pode nos dar ideia de como nossos cientistas observaram o espaço por eles percorrido.

Nós, se formos poetas, escreveríamos um poema trajico, com a descrição das miserias, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados. [...] nessas rejioes se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser majistralmente descrito pelo DANTE imortal (NEIVA; PENNA, 1916, p. 222).

Euclides nos dá também máxima dolorosa sobre o sertão, “O sertão é homizio. Quem lhe rompe as trilhas, ao divisar à beira da estrada a cruz sobre a cova do assassinado, não indaga do crime. Tira o chapéu, e passa (CUNHA, 2016, p. 537)”, e, com um peso absurdo em poucas linhas, o autor faz a seguinte afirmação sobre as atrocidades em Canudos, no período da “vitória”, “Ademais, não se havia temer o juízo tremendo do futuro. A história não iria até ali (CUNHA, 2016, p. 573)”. O autor nos dá um lamento ensanguentado de tristeza, e ao mesmo tempo o horror da barbárie do dito civilizado, visto que, “o atentado era público (CUNHA, 2016, p. 537)”.

Essa imagem infernal do sertão, como um espaço de miséria e de doenças vai se desenhando e se fixando ao longo da Primeira República, seja pelas reais dificuldades enfrentadas pelos seus habitantes, devido as agruras do clima e ao abandono do poder público que nada fez em prol da melhoria da vida sertaneja, ou pelas linhas de algumas obras literárias, que reuniam muitos dos quadros pintados anos antes sobre o meio. Uma destas obras é *O Quinze*, obra que é lançada no crepúsculo da época estudada, em 1930, retratando a seca de 1915, a qual Raquel de Queiroz não vivenciou, mas que, mesmo assim, retrata em suas linhas muitos pontos que se aceitaram como verdadeiros sobre o evento *seca*, sobre as relações humanas contidas nele e sobre as dores e mazelas. A autora assim nos oferece um quadro do que seria um fragmento da vida no sertão:

O homem só aludia a misérias e a mortes. Dos olhos embaciados da velha, as lágrimas desciam, apressadas. E ao ver a sua casa, o curral vazio, o chiqueiro da criação devastado e em silêncio, a vida morta, apesar do lençol verde que tudo cobria, dona Inácia amargamente chorou, com a mesma desesperada aflição de quem encontra o corpo de alguém muito querido, que durante nossa ausência morreu (QUEIROZ, 2012, p. 78).

Nestes quadros de sertão temos também o *homem-máquina*, de *A bagaceira*, obra publicada em 1928, na qual José Américo de Almeida apresenta o sertanejo mais ao brejo, mas que ainda era “o homem-máquina [...] que ou se agita resistentemente ou, quando para, para mesmo, como um motor parado (ALMEIDA, 1997, p. 5)”.

O sertanejo, seja ele doente, homem-máquina ou Hércules-Quasímodo não estava parado como era apreciado pelos olhares com que vinha entrando em contato. A inércia que lhe atribuíam os médicos e o discurso da Capital, fala de Civilizador, entendam como ação de poder que busca somente impor uma ordem à seu molde, ou seja, não era o real estado do homem e do meio que importavam para os médicos e/ou para o Estado, mas sim, o estado pelo qual estes aceitavam o mundo. Neste ponto o sertanejo era sadio, era somente Hércules, e não estagnava o “motor”, mesmo frente aos reais empecilhos à vida com que tinha que lidar no cotidiano, mantinha-o a sua maneira, existindo alheio à civilização. Ao mundo dito em progresso, civilizado, o sertanejo oferecia o seu mundo, cheio de credices, rezas e a sua *Terapêutica Popular*, que tanto dessabor gerou aos olhos de nossos viajantes.

A deslegitimação sobre o “arsenal terapêutico de que podem lançar mão, aliás, quase sempre, sem o menor resultado”, do sertanejo, mostraria a “inópia de recursos em que vivem as populações do Brazil Central, obrigadas a procurar auxilio na flora e na fauna locais (NEIVA; PENNA, p. 161, 1916)”, ocorre aqui apenas uma crítica fundada na ideia de um saber, o científico, que seria o mais apto para o cuidar da saúde. Os médicos, mesmo informando sobre o abandono e solidão do sertanejo, não buscam compreender suas formas de cura, não aceitam seus métodos de cuidar da saúde. Apenas desferem um ataque sem o menor sinal de busca por um entendimento sobre a Terapêutica empregada pelos sertanejos.

Ainda na página 161 do referido relatório, os médicos nos dão mostra de outro vetor que os deslegitimava e que estes buscam separar das ponderações sobre o mundo, o *maravilhoso*. Neiva e Penna nos dizem que, “as rezas, credices e abuzões, tem grande voga pelo prestígio que lhes empresta o maravilhoso (NEIVA; PENNA, 1916, p.161)”, o saber científico, médico, era negado muitas vezes devido ao fato de não obter legitimidade para aqueles homens e mulheres quando doentes. Como *alarma*, os médicos dizem que, “em localidades, onde há médicos, estes são consultados em último caso; primeiramente apelam para as rezas e as medicações em uso (NEIVA; PENNA, 1916, p. 161)”. Euclides assim faz a relação entre o sertanejo e as suas credices, “é o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatado pelas superstições mais absurdas (CUNHA, 2016, p. 153)”.

Pensemos no desapontamento dos médicos ao verem-se negados por aqueles que julgavam *incivilizados*, mas que, possuíam suas práticas, seus meios de se manter em vida, de propagar as condições desta, mesmo imersos em meio *inóspito*. O “incivilizado” nega, não por ser bárbaro, mais, por possuir suas compreensões sobre o mundo, que não eram concordantes com as do “civilizado”, quando não opostas.

Interessante é a denúncia dos nossos viajantes sobre a relação da Capital com o sertão e/ou interior do país, “até hoje, aquelas rejiões tem sido desamparadas pela Nação que se tem colocado em situação de metrópole para colônia (NEIVA; PENNA, 1916, p. 182)”, pois bem, “não sofismemos a história (CUNHA, 2016, p. 125)”, tão colonizador era o próprio relato dos médicos sobre o ponto que mais tocava neles, enquanto sujeitos, ou seja, a saúde e os meios de lidar com ela. Quando se posicionam sobre a Terapêutica Popular, os dois médicos se opõem a qualquer tipo de saber ou mecanismo de cura e/ou tratamento, são colonizadores que deslegitimam de entrada a fala do Outro.

Para compreendermos como esses médicos se portavam, é necessário, além de entender sua missão e de qual saber compartilhavam, entender que o sertão já poderia estar desenhado em suas mentes, não como um quadro fixo, mas sim como pinceladas firmes, iniciando os contornos de uma imagem. Sobre o sertão podemos nos ater ao seguinte trecho de *Os sertões*, “O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisionomia dos sertões do norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum (CUNHA, 2016, p. 65)”. Partindo deste ponto, os contatos obtidos entre os médicos e os sertanejos ao longo da *Viagem Científica*, os permitem assumir uma homogeneidade de vida no sertão, tal qual as que observaram. Ou seja, suas mazelas eram gerais, as doenças ocupariam todas as áreas e o atraso seria completo, visto ser o Sertão um espaço homogêneo do atraso temporal do processo da civilização.

Uma solução comum, para o atraso encontrado na área por Arthur Neiva e Belisário Penna percorrida, seria a introdução da Ciência dentro do modo como “civilizar” o sertão e o sertanejo. No trecho a seguir, podemos observar a busca pela inserção e afirmação do saber científico como meio de controle do homem sobre o mundo/natureza, assim se expressam Neiva e Penna:

Somente com auxilio de pesquisas scientificas, poder-se-á com segurança, saber-se qual a possibilidade economica da rejião do nordeste e os meios de desenvolvê-la e explorar as riquezas naturais que por acaso possua, colocando o homem em situação de dominar o meio pelo conhecimento perfeito de todos os fatores diretos ou não e que exerçam influencia próxima ou remota, no desenvolvimento duma civilização moderna, entre populações

que ha mais de 3 seculos quasi nada assimilaram das grandes transformações operadas em todo o universo (NEIVA; PENNA, 1916, p. 183).

A ciência é posta como resposta. E quem, senão os médicos cientistas, seriam seus porta-vozes. Quando se observa a legitimação dos funcionários, cientistas especializados, da fundação Rockefeller em sua atuação conjunta com os cientistas brasileiros nas décadas de 20 e 30 do século XX, percebe-se esse ideal de ciência e civilização posto em prática.

Ilana Löwy, em *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*, nos apresenta o seguinte resumo sobre esse período histórico e seus atores, a Primeira República, o movimento sanitarista e o ideal de sanear o sertão, civilizando-o. Nas palavras da autora, “o movimento sanitarista brasileiro do princípio do século enfatizou a catastrófica situação sanitária do interior do país (LÖWY, 2006, p. 178)”. Para a autora este discurso sanitarista, principalmente nas décadas de 20 e 30, quando o aparato estatal tornou-se mais sólido, com a criação de órgão específicos, “relacionou os esforços de saneamento do Brasil ao conjunto de ações destinadas a fazê-lo ingressar na família dos países desenvolvidos (LÖWY, 2006, p. 179)”. Civilizar era claramente tornar o país saudável, saúde era a proveniente do saber médico.

Numa máxima euclidiana, podemos notar o menosprezo com que a vida sertaneja é tomada frente à sua maneira de viver, o autor nos diz que, “a terra é o exílio insuportável, o morto um bem aventurado sempre (CUNHA, 2016, p. 156)”. Mesmo que se aceite a religiosidade do sertanejo, ainda assim a *terra exílio insuportável* é a negação máxima daquela forma de vida, dota-a de uma impraticabilidade, da ausência de um *viver*. Em uma passagem muito feliz na sua descrição e beleza, os médicos nos fornecem a apreciação do enterro de um sertanejo, do fim da vida e da própria morte entre os vivos. Nas palavras do relatório de viagem,

Nos lugares onde as habitações são raras, o corpo é levado em rêde ao cair da tarde. O cortejo desloca-se rapidamente; na frente, conduzindo uma luz, marcha um homem que intermitentemente brada: “irmão das almas”. Trata-se dum apêlo feito aos moradores e aos viajantes que por acaso passam, afim de auxiliarem o transporte do cadaver. A cova é sempre rasa, sobre elas plantam uma cruz e colocam flores, as quais de vez em quando são renovadas mesmo pelos viajantes (NEIVA; PENNA, 1916, p. 169).

A cova sempre rasa, a profundidade com que se enterrava o homem, a ajuda necessária para tal feito. Evento belo em sua descrição, mas que em sua simbologia carrega

um peso, destes pesos de vidas à beira do caminho, como as dos sertanejos, vidas sem história.

O sertão e os seus habitantes, tomados muitas vezes por olhares alheios aos seus mundos, foram pintados com a cor do bárbaro e do incivilizado pela Capital, pela fala dos poderes públicos do centro do país, pelo “civilizado”. Essa amostragem do sertão, como um todo incivilizado é errônea, por inúmeros motivos, tal como, julgamos que o maior seja a deslegitimação da Terapêutica Popular. A política da primeira época republicana, no concernente a saúde pública, foi posta em prática de forma autoritária, vertical, e ao mesmo tempo buscou se espalhar pelo território nacional, afirmando o poder da União, perante os estados bem como o poder dos homens que se inseriam dentro deste aparelho, tais como os médicos. Nosso próximo passo consiste em uma reflexão sobre o que se deu, no território piauiense durante este período, quando falamos em políticas de saúde pública.

1.2 - A saúde pública piauiense: Primeira República e as contradições na busca pelo progresso

É absolutamente impossível ao habitante de qualquer cidade, estar ao abrigo das endemias e epidemias, por um privilégio natural¹⁶

Propomos, para fim desta primeira reflexão sobre a saúde pública durante a Primeira República, o aprofundamento acerca do território piauiense, ou seja, vamos nos debruçar a seguir sobre uma parte do que Neiva e Penna chamaram de Brazil Central. O estudo pretende demonstrar como os passos do governo iam se proliferando pelo sertão, com as suas propostas de civilizador, bem como indicar as contradições destas propostas. A apreciação da vida no sertão, das suas práticas e seus meios de resolução dos problemas será focada sob a ótica de aceitação, ou seja, buscaremos entender os meios que o sujeito sertanejo se mantinha vivo, vivia, e como, em especial pensava a saúde. O “civilizado” terá seu olhar posto à prova pela realidade encontrada ao longo do caminho, na figura das vidas, dos homens e mulheres que existiam alheios a civilização.

O salto do nacional para o local é baseado na ideia de que as formas, discursos e estratégias, por mais que tivessem suas particularidades regionais e locais, ainda assim guardavam entre si semelhanças que as mantinham na mesma “marcha” em busca de civilizar o outro. Como nos informa Antônio Melo Filho, em dissertação pela Universidade Federal de

¹⁶ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, vol.8, n.3, 1916. p.74-224.

Pernambuco, em 2000, quando discorre sobre a saúde pública no Piauí. Em suas palavras, “até 1920, os homens eram tratados contra as moléstias contagiosas por meio de instituições com caráter de “Polícia Militar”, instrumento já utilizado pela “Medicina Social Urbana” na França e nas cidades brasileiras (FILHO, 2000, p. 17)”, esse caráter “militar” da saúde se instalou também, em sua fase inicial, no território piauiense.

Pensar o Piauí, enquanto espaço para as futuras reflexões, pede um maior arcabouço de dados do que o até agora disponível na presente pesquisa. Sabendo desde já desta limitação, deixemos a mostra que muitas das reflexões seguintes, ainda necessitam de um maior aprofundamento, dito isto seguiremos com a ideia central de reflexão para o texto.

Outro autor que nos fornecerá ajuda em nossa compreensão será Pedro Pio Fontineles Filho, que disserta também sobre a modernização de Terezinha e o ideal de progresso para o Piauí como um todo. Esse autor nos fala que, no começo do século XX, “Os projetos de modernização da cidade iriam se afirmar naquele momento, devido ao impulso da nova configuração histórica oriunda das transformações econômicas do extrativismo e pelos primeiros passos do novo regime político recém instalado no país (FILHO, 2008, p. 14)”, lembremos que neste período, abordado pelos dois autores, no qual o Progresso é colocado como fim último das forças, Neiva e Penna estão condenando o interior do país à doença e a incivilidade.

Melo Filho destaca que para compreendermos os processos ocorridos em Teresina durante esse momento inicial do século XX, temos que entender que o Piauí já estava inserido, desde 1900, dentro de um capitalismo internacional, já mantinha relações com o país e com o exterior. Vale lembrar que Löwy nos traz essa reflexão, já na República, com as investidas estadunidenses em prol da saúde. O que se pretende demonstrar é, a busca por desenvolvimento nas diversas áreas do país passou pela saúde tanto na Capital, como no Piauí.

A independência dos estados com o advento da República, para Melo Filho, causou uma busca por adequação por parte dos mesmos ao novo regime e aos seus novos padrões. Assim se expressa Filho, “com o advento da República, o Piauí passa quase toda a década de noventa tentando se adequar financeiramente e administrativamente ao Nono Regime (FILHO, 2000, p. 55)”. A ação do estado do Piauí, na busca por saúde pública, segundo este autor, após analisar as mensagens governamentais é, “as políticas públicas no Piauí, ao se analisar as mensagens de governo do Período Republicano, nas duas primeiras décadas, se resumem em uma frase básica, “*desenvolvimento material*” (FILHO, 2000, p. 56)”. Apesar da brevidade da frase ela nos diz muito, e muito nos incita ao estudo, mas deixemos de seguir apenas uma

linha reta, vamos colocar em contato também os planos falhos, ou melhor, as contradições da sociedade piauiense.

Acerca desse momento de Modernização de Teresina, Fontineles Filho nos diz que, “A modernização de Teresina, no início do século XX, foi atravessada por discursos que construía várias cidades como reflexos das diferentes práticas sociais que se manifestavam naquele momento (FILHO, 2008, p. 22)”. Feita a passagem do nacional para o local, agora já nos detemos na Cidade com seus grupos múltiplos, ou seja, a busca por civilizar e pôr em progresso reside aqui, em sanear o espaço, em controlar o homem e guiar, sob ordem, o avanço da sociedade.

Como entender a relação entre Teresina, o movimento por sanear o sertão, e o discurso de Civilização da Capital? De início, temos o modelo empregado, o sanitarismo tomando a dianteira das reformas urbanas, a sua relação com o Estado, a busca dos homens por espaço e poder em ambos os locais, Capital e Piauí. Como exemplo disso, podemos tomar a fala de Melo Filho de que, “no final do século XIX e início do XX, a Medicina Social Urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, dos corpos, dos organismos, mas das coisas: do ar, da água, das decomposições, das fermentações, uma medicina das condições de vida e do meio e existência (FILHO, 2000, p. 42)”, não nos esqueçamos das preocupações de Neiva e Penna sobre as moradias dos sertanejos, suas vestimentas, suas formas de trabalho e afins. Essa medicina externa ao corpo era também praticada na Capital, como já foi exposto.

Quando nos detemos mais sobre o espaço urbano, percebemos que, se existia uma diferença entre o desenvolvimento da Capital e o interior do país, essa diferença não se mantinha quando as elites tratavam das classes pobres. Melo Filho informa-nos que, “pode-se afirmar que a população pobre constituía grave problema para aqueles ideais modernizadores de urbanidade e salubridade pretendido pela elite (FILHO, 2000, p. 66)”, nesta mesma linha de reflexão temos Maria Helena Souza Patto¹⁷, autora que nos informa o modo “policial” das forças de saúde tratarem os pobres durante a Primeira República.

Outro autor que nos dá diagnóstico semelhante é Luiz Antonio de Castro Santos, quando se volta para o estudo da relação entre saúde e poder durante a época inicial da República. Em suas palavras, “a história da reforma sanitária brasileira, ao menos em seu período de formação, é tema típico de conquistas ‘pelo alto’, em que estão em jogo

¹⁷PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. ESTUDOS AVANÇADOS, vol.13, n.35, p. 167-198, 1999.

percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado nacional¹⁸.

A comissão na qual se inseriam Neiva e Penna era oficial, os médicos pregavam o seu saber, científico, fundado no campo da ciência e sob o aparato do Estado. Negaram a terapêutica encontrada. Chalhoub, em *Cidade Febril* cunha um termo, “classes perigosas”, pois bem, a terapêutica encontrada por Neiva e Penna, ao longo de sua viagem foi notificada como inválida, não nos causaria assombro relacionar o termo de Chalhoub com a terapêutica popular, perigosos porque mostravam outra saída que não apenas a vertical do saber oficial.

No território piauiense Neiva e Penna passaram na região sul, com uma estadia de 17 dias, pelo município de São Raimundo Nonato e Parnaguá, os mesmos se debruçam sobre a questão da indústria pastoril, e dos prejuízos causados pelas moléstias das doenças e pragas ligadas aos animais. A preocupação com as moradias e sua relação com as doenças também são destacadas no relatório, quando no município de São Raimundo Nonato os médicos afirmam que, “quasi todos domicílios, em todo o trajeto, ofereciam todas as condições para permitir a reprodução dos triatomas; a maioria é constituída por casas de adobe não rebocadas ou então apenas em alguns compartimentos (NEIVA; PENNA, 1916, p. 101)”.

A menção dos coronéis e donos das terras sempre, é efetuada, mas os sertanejos raramente ganham espaço dentro do corpo do texto, ora, dar espaço ao indivíduo dentro de um relato que se sabia da futura publicação, é dar também poder, significado. Nessa linha de raciocínio tornar saudável o meio era a melhor forma de civilizar o homem. Nas palavras de Melo Filho, temos que, “com a instituição da República, ao contrário do século XIX, entre 1900 e 1920, reformas urbanas ocorreram, no intuito de melhorar a salubridade do espaço urbano (FILHO, 2000, p. 72)”.

Esse autor nos fornece interessante raciocínio, vejamos, “entender a história da saúde em Teresina é compreender também a Saúde Pública em seu funcionamento em nível nacional, nas suas concepções, caminhos percorridos, adversidades e soluções possíveis (FILHO, 2000, p. 71)”, pois bem, este mesmo autor informa que, “A Saúde Pública agia apenas como polícia médica e em momentos de fenômenos epidêmicos, priorizava o meio físico (FILHO, 2000, p. 90)”. Façamos uma simples relação entre espaço e grupos, e então teremos o tratamento dispensado para cada área da cidade de acordo com os grupos que ali

¹⁸SANTOS, L. A. C. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

habitassem. A saúde era assim, excludente do elemento que a elite não desejasse ter junto a si em sua busca por Progresso e civilidade.

Se aceitarmos que a Saúde Pública tinha semelhanças entre seus muitos estados de atuação, podemos aceitar a fala de Filho acima exposta e também o seu relato mais crítico, sobre a situação em que se encontravam as pessoas de Teresina, que não fossem os desejados. Para esse autor, com a inserção dos médicos dentro do aparelho estatal e maior disseminação da saúde, pela sociedade, ela vai se tornando um “bem público”. Para esta reflexão cabe uma ressalva, *bem* para a elite, pois o mesmo autor diz que, “o setor pobre da população negava a vacina pela indiferença ou resistência utilizando plantas medicinais, garrafas e rezinhas etc. (FILHO, 2000, p. 103)”, difícil acreditar é que a população pobre por resistência utilizasse seus meios de cura, mais provável que aquelas praticas, voltadas para a manutenção e prolongação da vida fizessem parte já da cultura daquelas pessoas, e que o discurso do Estado e do saber médico veio e se pôs como oficial, dotando o outro apenas como mera “resistência”.

O ponto que nos permite pensar toda essa relação entre os espaços do Brasil, com relação a doença, é a noção de transmissibilidade, ou seja, de que não haveria meio de se manter determinado espaço alheio, protegido completamente de uma epidemia que se espalhasse pela transmissão, pelo simples fato da circulação, ora de seus vetores de transmissão naturais, como mosquitos e/ou pelas próprias pessoas que transitavam entre os países e entre os estados da União.

Melo Filho assim nos expõe esse debate, “os “elos de interdependência” que difundiam seus “efeitos externos” diminuía a marcha da sociedade local, que se inseria no contexto nacional pelo princípio da transmissibilidade da doença (FILHO, 2000, p. 140)”. É importante não pesarmos que, apesar das concepções de Neiva e Penna, do “impermeável ao progresso”, o sertão mantinha sua relação com o litoral, com a Capital, e as diversas áreas do interior mantinham relações com as outras diversas áreas do país, tirando disso tudo que, cada espaço poderia vir a contaminar outro, caso não fosse tratado.

Este ponto da transmissibilidade da doença, é desenvolvido por Gilberto Hochman, quando este nos diz que, “a transmissibilidade da doença [...], a doença transmissível (ou considerada como tal), em uma sociedade que se torna mais complexa, é um objeto privilegiado, uma vez que expõe as fronteiras entre Poder Público e Privado, e poder Central e local (HOCHMAN, 2012, p. 39)”. Este autor parte da ideia de que, a consciência da interdependência, entre os estados, terei facilitado a implementação de um avanço no setor da saúde pública, enfrentando os poderes locais, e dotando a União de uma maior participação

em todo o território, fato este apenas garantido pela consciência de que um determinado estado não teria meios de se manter em contínuo isolamento dos outros, bem como não teria meios de cuidar da saúde do seu vizinho.

Sobre o período e atores aqui estudado, Hochman diz que,

Nas décadas de 1910 e 1920, o movimento sanitarista difundiu sua interpretação sobre as bases da comunidade nacional e ofereceu soluções políticas e institucionais para transformar uma comunidade fundada nos efeitos negativos da transmissibilidade da doença em uma sociedade sustentada na saúde e na higiene de sua população (HOCHMAN, 2012, p. 50)

A saúde pública é tomada como política, o autor destaca que as elites, os grupos científicos e o Estado perceberam nesse momento histórico que, o desenvolvimento, o progresso por eles desejado passava pela doença, ou melhor, pelo controle das doenças e dos corpos doentes na sociedade.

Após comentar a importância do relatório da viagem científica de Neiva e Penna para o cenário nacional, Hochman nos diz que uma “solução” para o atraso e para o desenvolvimento do país foi exposto. Nas palavras do autor, “a medicina, aliada ao Poder Público, era instrumento fundamental para operar essa transformação. A ciência, em especial a medicina propiciaria um alívio para intelectuais que, até então, não enxergavam alternativas para um país que parecia condenado, dada sua composição racial (HOCHMAN, 2012, p. 68)”. Lembremos que ao passo de se colocar o atraso na doença, os médicos também retiravam a “doença” da raça, e do clima. Assim abriam espaço para a penetração do progresso no interior do país.

Os médicos Neiva e Penna, apesar de estarem inseridos em uma investida contra a seca, não a tomam como algo simples, um evento apenas climático e rústico. Demonstram mais uma vez que, o interior do país poderiam se inserir na “civilização”, desde que se tomassem as devidas atitudes. Nas palavras dos nossos viajantes, “O problema das secas, como já dissemos é poliédrico (NEIVA; PENNA, 1916, p. 178)”. O relatório busca não tomar os problemas do interior, e do país, como impossíveis de resolução, mas sim que seriam resolvidos pelo aparato do Estado, com a instrução do saber científico e/ou médico sanitarista.

Hochman nos esclarece que, “para os membros da campanha pelo saneamento, a doença seria resultado da ausência/inoperância do Poder Público e da descentralização das políticas governamentais, quando existentes (HOCHMAN, 2012, p. 73)”. Para este autor, “A era do saneamento não significou a solução de todos os complexos problemas de saúde

pública, mas legou uma infraestrutura estatal, com a autoridade sanitária presente em grande parte do território brasileiro (HOCHMAN, 2012, p. 41)”. O avanço no campo da saúde pública, principalmente para o sertão a partir da segunda década do século XX, pode-se afirmar, foi a maior conquista por parte do poder sanitário, do saber médico científico e do Estado, que atuaram dentro deste momento histórico, denominado de Era do saneamento.

Sobre este período é importante destacar que o “incivilizado” não era somente, para as forças oficiais e para o discurso do saber médico/científico, o sertanejo ou o habitante do interior do país, mas também o habitante da área urbana, desde que esse não se inserisse dentro dos modelos propostos para a sociedade. Margareth Rago, em *Do cabaré ao lar*, mesmo ao tratar da Capital, falando sobre trabalho e relações urbanas, nos dá exemplo de como se portariam as autoridades e o saber científico em suas buscas por controle. Segundo a autora, “os médicos procuraram apresentar-se como a autoridade mais competente para prescrever normas racionais de conduta e medidas preventivas, pessoais e coletivas, visando produzir a nova família e o futuro cidadão (RAGO, 2014, p. 158)”.

Essa autora nos fornece reflexões excelentes sobre relação entre o discurso médico e o do Estado. Em suas palavras, “o saber médico não admitia a existência de uma pluralidade de saberes sobre o corpo, procurando reinar soberano e exclusivamente (RAGO, 2014, p. 169)”. O saber médico buscava poder, não somente em seu próprio espaço, ou seja, frente outros saberes, mais também se inserindo dentro do poder estatal. Rago demonstra essa junção, em prol de um pleno controle e modelamento da sociedade, não só a da Capital, mas a do país. Segundo a autora, “A medicina redefinia sua relação com o Estado, colocando-se como condição de possibilidade da normalização da sociedade, no que concerne à questão da saúde pública (RAGO, 2014, p. 177)”.

Partindo do relatório de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna, e os debates que se desdobram com os autores trabalhados, pode-se entender que, a Saúde Pública fazia parte de programa político em busca de maior controle da sociedade por parte do poder central, da União, bem como do grupo médico que se inseria dentro deste aparelho. A sociedade dita “incivilizada”, seja no sertão ou na própria Capital, apenas detinha meios de vida diferentes dos quais eram propostos pelo Estado e pelo saber médico.

O sertão foi, nessa época, tomado como espaço do sujeito que estava atrasado na marcha da civilização, ao mesmo tempo em que este tinha a possibilidade de “acompanha-la”. Em nenhum momento buscou-se, por parte do saber oficial, uma compreensão acerca do modo de vida sertanejo, de como eles mantinham sua vida. A sua terapêutica foi relatada como inválida.

O que nos move para prosseguirmos este trabalho é o anseio de estudar justamente o que foi negligenciado durante este período, ou seja, os meios pelos quais os homens e mulheres realizavam e prolongavam as suas vidas, sem necessitarem do Estado, e sem a ajuda de uma Ciência, que se dizia imparcial, mas que os condenavam. As impressões que ficam são as dolorosas conclusões sobre o movimento político acerca da saúde pública, que apesar de se propor ao bem público, estava permeada de interesses de sujeitos e grupos. Não acarretando no alívio, que deveria tornar a vida menos doída, para os sujeitos do começo do século passado.

CAPÍTULO 2

DO OLHAR CONTEMPLATIVO AO TRANSFORMADOR: o projeto de ações do relatório Arthur Neiva e Belisário Penna

Ora vejam só! – exclamou Pereira – Quem *haverá* de dizer que até com isso se pode *bichar*! Cruz! Um homem destes, um doutor, andar correndo atrás de vaga-lumes e voadores do mato, como menino às voltas com cigarra!¹⁹

O modo de enxergar o espaço e o homem no alvorecer da República foi marcado pelo tom da intervenção do Estado, a partir de atores sociais que visavam conhecer novos territórios numa sociedade emergente que escolhia os seus “heróis civilizadores”, com destaque para os médicos. Como nos aponta Maria Sarita Mota:

As expedições exploratórias ou científicas tiveram um papel político e social importante na história do Brasil, principalmente sobre parte do território designada de *sertão*. Em fins do século XIX e parte do XX esse *sertão* era concebido de forma ambígua, ora como deserto, despovoado e distante, ora como sinônimo do atraso, da barbárie e do arcaico em oposição ao litoral entendido como o lugar do progresso, da civilização e da modernidade (MOTA, 2007, p. 6).

Uma diferenciação entre as expedições científicas do século XIX para as do século XX é o caráter transformador das segundas. A autora ainda nos informa que, “a saúde pública tornara-se prioridade desde a primeira década do século XX, quando Oswaldo Cruz reformulou o Código Sanitário e tomou a direção do Instituto de Manguinhos”²⁰. Muitos dos focos de intervenção sanitária que saíram da Capital para o restante do país tiveram ou a figura central de Oswaldo Cruz, ou o respaldo dos exemplos bem sucedidos que o mesmo deixou para as políticas públicas voltadas para a saúde.

As ações de Oswaldo Cruz na Capital não foram o único momento de atuação do saber/poder médico na sociedade, após essa bem sucedida ação, as forças médicas passaram a ser requisitadas para diversas outras áreas do país, como por exemplo, pela Inspeção de Obras Contra as Secas, da qual resultou o texto que se estuda no presente trabalho, bem como para a Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1911, e também em vários portos, pela Superintendência de Defesa da Borracha em 1905. Esses foram espaços nos quais o saber

¹⁹ TAUNAY, Visconde de. Inocência. –São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. P-55

²⁰ MOTA, Maria Sarita. Cruzando fronteiras: a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz e a expedição do Roncador-Xingu. Revista IDEAS, vol. 1, n. 1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

médico teve importância, ora em meios privados ora em ações de caráter oficial. Todavia, o texto mais completo e que fornece uma análise dos males e a sua terapêutica para o norte do Brasil é o produzido pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, entre os anos de 1912 e 1916. Este Relatório se enquadra dentro das ações do Estado em prol de atuações para o desenvolvimento de áreas distantes da capital republicana.

A investida dos médicos junto aos muitos espaços sociais no início do século XX, sejam privados ou públicos, virou exemplo da afirmação do saber/poder com que os médicos respondiam aos problemas com que se defrontavam, dando-lhes assim, respaldo junto as autoridades públicas quando o tema era a saúde da população. Assim podemos entender os motivos de uma viagem chefiada pelos médicos ao interior do país, pois as autoridades sabiam do quão lucrativo aquela empreitada poderia ser, já que o acúmulo não era apenas econômico, passava pela própria afirmação do aparelho do Estado e de um ideal de Nação ainda em construção. Entender os caminhos que as muitas investidas sanitárias desse período tomaram em determinadas direções e não outras, é fruto de uma reflexão sobre o período ímpar da ascensão republicana, do *poder público* interferindo na vida das pessoas, e a necessidade do país em conhecer melhor seu território e manter um contato maior internamente.

A compreensão sobre “as soluções” apontadas por Neiva e Penna, em 1916, em relação as suas *informações* e *propostas* sobre o homem sertanejo e para o espaço que percorreram, é possível a partir de uma ligeira comparação entre a Viagem Científica dos médicos na República, e as que se desenrolaram ao longo do século XIX. Uma comparação entre as viagens de naturalistas no período monárquico e a dos médicos na República pode nos permitir um maior entendimento sobre os últimos, visto que o caráter transformador dos segundos, suas propostas e ânsia de intervir no meio, ficam mais bem delineados perante uma amostragem do modelo de viagem científica do século XIX, viagens normalmente executadas por naturalistas estrangeiros.

As viagens que serão trabalhadas, como representantes do século XIX, são as efetuadas pelos naturalistas Spix e Martius, entre os anos de 1817 a 1820. A parte selecionada do relato da mesma foi o Capítulo II, do livro sétimo, contido no segundo volume da obra, intitulado, *Estada em Juazeiro, e viagem daí, por uma parte da província de Pernambuco, em direção a Oeiras, capital do Piauí*. Obviamente este capítulo foi escolhido por nos possibilitar a observação do espaço geográfico no qual se encontra o presente estudo, bem como aborda a região pela qual percorreram os médicos no XX, sendo esta prerrogativa a que também foi determinante para a escolha da segunda viagem. Nos serviremos também do relato do

naturalista George Gardner, viagem efetuada entre os anos de 1836 a 1841. Deste texto será analisado somente o Capítulo VIII: Oeiras a Paranaguá. Feita as breves explicações necessárias vamos ao desenrolar do texto e a busca pelo entendimento sobre como essas viagens inauguram o esquadramento de um território inóspito e deixaram um legado para as expedições científicas do século XX.

O modo de enxergar o homem e o espaço sofre uma alteração com o passar dos séculos, algumas das observações são dotadas de outras essências, outros saberes e interesses ganham maior influência, tornam-se o motivo de um novo olhar para “as mesmas coisas”. Alguns traços permanecem e se deixam perpetuar com os anos, seja pela sua real existência ou por necessidades diferentes dos seus observadores, como, por exemplo, a ausência de cultura, que é destacada por Spix e Martius na segunda década do XIX, “aqui se encontra ainda menos cultura, porém, mais aquela simplicidade, bondade e hospitalidade, que se conservam tão bem nas localidades isoladas” (SPIX; MARTIUS, 1918, p. 240). Gardner percorre o território entre a terceira e quarta década do mesmo século XIX, mas, algumas características entre as duas viagens não se alteram, pois ambos detalham as condições de vida dos sujeitos “distantes da civilização”. Nas palavras do naturalista:

Nas partes mais remotas do país sempre encontrei a mais ilimitada hospitalidade mesmo das classes menos favorecidas, sendo que muitas vezes a tenue recompensa que essa pobre gente aceitava era um pouco de pólvora ou sal, artigos que por vezes não se obtém por preço nenhum (GARDNER, 1942, p. 240).

A hospitalidade e a índole pacífica dos sertanejos também é ressaltada pelos médicos, porém, praticamente um século após esses relatos do XIX, Neiva e Penna continuavam a caracterizar os seus habitantes pela “escassez ou ausencia mesmo de recursos, pelo atrazo e ignorancia”.

A maior diferença entre os naturalistas do Império e os médicos da República é que, os segundos, dão um passo a mais em suas *Viagens*, fazem delas um meio para *pensar o novo*, criam projetos de intervenção, buscam agir sobre o que viram, questões não levantadas pelas viagens empreendidas no XIX.

Para Hochman, “poucas vezes, na experiência republicana brasileira, a saúde pública foi objeto de tamanha atenção do governo e da opinião pública” (HOCHMAN, 2012, p. 229). Não por acaso nesse momento inicial do século XX, as forças do Estado se uniram ao saber médico, em busca de melhorias para esse espaço distante das políticas públicas oficiais voltadas para a saúde da população. Nos servindo de uma reflexão de Gilberto Freyre, em sua

obra *Sociologia da Medicina*, o mesmo nos permite o aprofundamento sobre o que é uma doença em nossa sociedade moderna. Para o autor:

A doença pode ser um problema puramente médico. O doente pode ser, até certo ponto, puro objeto de atenções médicas. Na realidade, porém, é raro o doente e é rara a doença que existam independentemente de suas circunstâncias. E essas são socioculturais. São ecológicas. Exigem do médico uma perspectiva que exceda à estritamente médica (FREYRE, 2009, p. 86).

Cabe-nos perceber a doença também numa perspectiva *política e histórica, assim como* o médico enxerga e faz seu diagnóstico sobre a doença, aceitando que o mesmo é um agente social e político, que o laboratório e/ou o saber que carregam não o isolam das relações políticas que legitimam os seus saberes.

A neutralidade do saber médico tem que ser posta em debate quando se pretende analisar as suas produções, sejam em que níveis forem, sobre os corpos mais diretamente, ou sobre as cidades amplas regiões. Jacqueline Pitanguy, ao falar sobre Gênero, violência e saúde, nos aponta que, “O campo da saúde também está atravessado por variáveis de ordem social, que o constroem a partir das desigualdades vigentes na sociedade”²¹. Seguindo essa visão crítica a uma pretensa neutralidade do saber médico ou científico, Fabíola Rohden descreve ser:

A medicina, assim como todos os outros saberes de um modo geral, também sofre influências do contexto em que é produzida e exercida, e em alguma medida aquilo que define como suas bases e seus modos de atuação carrega sempre o peso dos padrões sociais vigentes em cada momento histórico²².

Dialogando com tais análises, podemos constituir uma visão que relativize as propostas de transformação e as mudanças requeridas pelos médicos Neiva e Penna. Os relatos devem ser entendidos como compreensões a partir do contexto da época, como forma de compreender os anseios de uma sociedade nos seus aspectos políticos, científicos e sociais.

Algumas das definições sobre a região Norte do Brasil eram filhas do final do século XIX, oriunda das remotas matas do sertão baiano, e que foram conhecidas também a partir dos escritos de Euclides da Cunha. Euclides, falando sobre o sertanejo e a sua existência dentro de um mundo em transformação, afirma que, “era preciso que saíssem afinal da

²¹ PITANGUY, Jacqueline. Gênero, violência e saúde. In: Or. SOUSA, Alicia Navarra & PITANGUY, Jacqueline. Saúde, Corpo e Sociedade. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

²² ROHDEN, Fabíola. Sexualidade e gênero na medicina. In: Or. SOUSA, Alicia Navarra & PITANGUY, Jacqueline. Saúde, Corpo e Sociedade. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

barbárie em que *escandalizavam o nosso tempo*, entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas (CUNHA, 2016, p. 258)²³.

Se a força foi sugerida inúmeras vezes em nossa República para fazer com que determinados sujeitos “entrassem” numa dada civilização, isso não deixa dúvida, o que é de se suspeitar é se essa entrada ocorreu de fato como desejou as elites políticas republicanas, no início do século XX, seja em momentos mais bélicos como a Guerra de Canudos, seja por investidas mais “tênuas”, como as chefiadas pelos médicos Neiva e Penna. A historiadora piauiense Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, afirma que, “o autoritarismo é um traço fortíssimo da sociedade republicana” (QUEIROZ, 2011 p. 349). O balanço que essa historiadora faz sobre a sociedade piauiense no alvorecer do século passado, nos dá uma amostra das relações pactuadas no âmbito nacional, visto que, a respeito do debate de modernidade e progresso almejado pela cidade de Teresina, a autora informa que, “as doenças, a feiura, a miséria, a mendicância eram ameaças constantes ao centro urbano e civilizado da cidade” (QUEIROZ, 2011, p. 32). Não só a cidade de Teresina buscava expulsar *o incômodo dos que não eram semelhantes aos seus parâmetros de moderno e civilizado*, mas também toda a sociedade que se queria moderna e civilizada na república brasileira, durante as três primeiras décadas do XX.

Para Queiroz, “A política republicana é mais que uma atividade lúdica, é um verdadeiro e cruel pugilato, em que a ordem é vencer” (QUEIROZ, 2011, p. 322). Nessa luta pelo progresso, o relatório Neiva e Penna veio como uma chama em meio a um barril de pólvora, a expedição de Neiva e Penna produziu o relatório de mais forte impacto científico e político. O retrato do Brasil então esboçado apontava a doença e o isolamento como principais problemas para o progresso das regiões. A “chama” do progresso e da civilização em rumo ao Sertão teve neste texto grande parte de suas labaredas acesas e prontas a atear fogo no interior do país.

A forma de apresentação do relatório Neiva e Penna é o grande motor que fez girar as mais diversas forças em prol de “civilizar” o “sertão brasileiro”, visto que esta parte do Brasil foi representada como doente e atrasada. As estradas, o contato com o urbano, a civilização, a cultura e o progresso estavam para esses “semicivilizados” como presentes que apenas deveriam ser entregues pelos benfeitores republicanos da Capital. Vislumbramos que, essa específica forma de apresentar o texto, com sua descrição das moléstias, dos problemas, para em seguida serem postas em linhas claras as sugestões e os caminhos para os problemas, é um

²³ Grifo nosso

dos elementos mais inovadores que se encontra no relatório de Neiva e Penna. É necessário entender os resultados como a evidência de que o Estado e a sociedade dita civilizada poderiam e deveriam amparar seus “vizinhos”, era a *ação, o movimento de agir em prol de algo*, neste caso da Saúde Pública, que dá tanta originalidade ao relatório.

2.1 - O olhar interventor: uma breve comparação entre *Viagens Científicas* e suas diferentes características

Voltar ao século XIX é retornar ao século das ciências, talvez o momento histórico mais propício ao discurso científico, época em que a ciência parece ganhar consciência de si e de suas potencialidades. Tornou-se a essência elementar para o entendimento do mundo²⁴

É necessário entender que não foram somente as expedições aqui trabalhadas que “desenharam” o Brasil, ou que a circulação de ideias que chegaram aos portos e adentraram as matas e as cidades do nosso território foi pequena. Lorelai Kury, em artigo²⁵ sobre a viagem de Louis e Elizabeth Agassiz, além de demonstrar as relações políticas que tal empreitada visava justificar em solo estadunidense, nos diz também que “a expedição de Louis Agassiz ao Brasil pode ser compreendida como uma ocasião que o naturalista encontrou para dar visibilidade às suas teorias raciais e biológicas sobre a origem das espécies” (KURY, 2001, p. 170), ou seja, o Brasil como um laboratório de observação.

Olívia Biasin a respeito do Brasil no século XIX, diz que, “o Brasil inseriu-se na rota das grandes navegações científicas e também das viagens particulares de aventura e lazer” (BIASIN, 2011, p. 53). A autora ao analisar sete relatos de viajantes que estiveram na Bahia ao longo do período imperial, apresenta-nos um texto que deixa evidente a importância que se tinha nesse século, para os europeus, de conhecerem os trópicos. Ao mesmo tempo em que descreve a maior circulação de indivíduos, a autora faz uma ressalva sobre essas “andanças”, relatando que:

Vale lembrar que essas viagens aconteceram no momento em que novas relações entre a Europa e a América estavam sendo delineadas, de modo que a superioridade europeia passou a ser sustentada pelo poder de um saber científico e os valores universais de civilização resultaram em novas formas de imperialismo (BIASIN, 2011, p. 22).

²⁴ FERTZ, Marcelo. Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural. *Cadernos de Campo*, p. 40-54. 2011.

²⁵ KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº41, p. 157-172, 2001.

A ciência passou a ser legitimadora de uma suposta superioridade, como mecanismo de força dentro das lutas sociais e políticas, não só no século XIX mas durante o século XX. Por mais que ganhe outros contornos, como a união entre os saberes científicos e o Estado, o que se verifica, mesmo nas décadas iniciais do século XX, é a busca por “civilizar” o outro, seja pela sua negação enquanto ser civilizado ou pela limitação de sua capacidade de atingir “estágios superiores” de civilidade.

Uma dessas ações conjuntas entre Estado e Ciência é a expedição Neiva e Penna, como bem ressalta Dominichi Miranda de Sá:

Visando à incorporação dos espaços afastados do interior, o próprio Estado brasileiro, na virada do século XIX para o XX, além de primordialmente promover construção e obras nos portos e estradas de ferro, organizou viagens científicas que constituíram, elas também, projetos oficiais de modernização e de exploração das potencialidades econômicas do território brasileiro (SÁ, 2009, p. 185).

Aqui chegamos num dos pontos que diferenciam a Viagem de Neiva e Penna das dirigidas pelos naturalistas dos séculos XIX. Ao percorrerem os espaços do interior em lombos de burros, os médicos, por mais que obtivessem informações novas ao longo do trajeto, como veio a ocorrer, já partiam na sua “missão civilizatória” com o intuito de integrar aqueles povos afastados junto à Civilização de que partiram. Eram homens do Estado, médicos que sem dúvida visavam pôr fim às doenças que encontrassem, mais que acima de tudo queriam dar eles mesmos suas *respostas* aos problemas, e não ouvi-las das populações que encontrassem, a exemplo da tamanha negação da terapêutica popular e as soluções locais utilizadas nos espaços isolados do sertão.

Os apontamentos de Spix e Martius, numa comparação com uma ação conjunta entre ciência e Estado em prol de “civilizar” o sertanejo e desenvolver o sertão, pode deixar ainda mais clara a busca por intervir naquilo que é observado, ou seja, os naturalistas do século XIX não visavam agir sobre o meio que conheciam em suas viagens, apenas vislumbravam o enriquecimento científico, a comprovação e/ou negação de alguma teoria já em voga ou em processo de construção, como por exemplo a viagem de Agassiz. Tentar “descrever as condições físicas e o clima de tão extenso território” (SPIX; MARTUIS, 1918, p. 232), estes poderiam ser em resumo os principais objetivos dos naturalistas sobre a área que percorreram. Todavia, seus olhos também viram muitos problemas, “Reina aqui, por isso, incrível miséria, na maior parte da população. São ricos só uns poucos grandes fazendeiros, em cujas propriedades se estabelecem agregados, e dominam a indústria de todo o distrito” (SPIX;

MARTUIS, 1918, p. 222). Uma pauta transformadora para a situação que se encontrava a população não era algo visível nas obras desses viajantes.

Os apontamentos de Gardner dão maior notoriedade às características do homem, bem como nos possibilitam traçar um pequeno quadro do estado de saúde dos habitantes de Oeiras no Oitocentos. Assim é a descrição da situação encontrada por Gardner: “as principais moléstias dentro da cidade e em tempo dela são as febres malignas e intermitentes, máxima é no começo e no fim da estação chuvosa” (GARDNER, 1942, p.215). Sobre a maior incidência das moléstias Gardner diz que, “a doença predominante, para a qual fui chamado e tive de receitar mais vezes, era a dispepsia, sob as várias formas em que ataca estas populações. A asma e a paralisia também ali prevalecem” (GARDNER, 1942, p. 215). Fica assim entendido que havia um alto índice de moléstias ao tempo que Gardner visitou a cidade de Oeiras, porém, o mesmo não nos informa acerca de ações providas de algum poder oficial, que visassem amenizar essas doenças. Quando se referem às administrações locais ali constituídas era para caracterizar o seu despotismo, “o Barão de Parnaíba governa despoticamente. Tem sido êle o seu presidente desde o estabelecimento da independência do império” (GARDNER, 1942, p. 217).

Pinta-se um quadro sobre os espaços com as mesmas cores encontradas, não há busca por melhoria para os que sofrem de doenças, ou vivem sob o julgo de senhores em regime de isolamento. A descrição é efetuada, mas não leva, apesar dos visíveis e notáveis problemas da sociedade, a alguma forma ou busca por amenizar ou melhorar a vida daqueles que habitam as *paragens solitárias*.

Um fator de diferenciação que se acrescenta a Viagem Científica de Neiva e Penna é o que a historiadora Margarida de Sousa Neves vai chamar de *A Ideologia do progresso*, ou seja, as evoluções tecnológicas que chegam nas cidades e invadem as casas, mas que não atingem todo o território, havendo uma espécie de temporalidade diferente para cada espaço, o urbano desenvolvido e em marcha e o rural estagnado e isolado. A autora abre o debate sobre a Primeira República e Brasil na primeira obra da coletânea ***O Brasil republicano***, com o texto *Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX*. A mesma irá nos dizer que, em pleno século XX, “aqui chegaram alguns lampejos suntuários das conquistas modernas”²⁶. É munido pela arrogância desses lampejos que as viagens científicas

²⁶ NEVES, Margarida De Sousa. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República a revolução de 1930. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

dão respaldo para as políticas que visam civilizar o sertão, motivando as empreitadas do poder federal.

Euclides da Cunha, em *À margem da história*, ao traçar um esboço de história política bem caracteriza as pretensões de uma época na qual os valores se hierarquizavam de forma a materializar os desejos de sermos metrópole de nós mesmos. O autor ao fazer um balanço de 1830, do território e da população brasileira imperial, nos dá uma amostra da ideologia de civilização e de progresso que permeava a época ou se julgava existir 90 anos depois, na República Velha. Segundo Euclides da Cunha,

Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. *O raio civilizador refrangia na costa*. Deixava na penumbra os planaltos. Os maciços de um continente compacto e vasto talhavam uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, *ameaçadores*, afeitos às mais diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aqueles rudes patricios perdidos no insulamento das chapadas (CUNHA, 1967, p. 206)²⁷.

Segundo Norbert Elias, “as nações (que) consideram o processo de civilização como terminado em suas sociedades são as transmissoras a outrem de uma civilização existente ou acabada, as porta-estandartes de uma civilização em marcha (ELIAS, 1994, p. 64). Ao buscar agir sobre o outro, delimitá-lo como incivilizado, tem-se em mente duas coisas: já estar civilizado e aceitar que o outro *ainda* não chegou ao mesmo estágio, e que com um encontro este passo possa se efetuar. Continuando com Elias, temos que,

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o *processo* de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para as classes alta e média da sociedade, civilização parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundir-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido (ELIAS, 1994, p. 113).

O problema desse processo de civilizar, nas décadas iniciais da República brasileira, foi o direcionamento sobre o perfil daquele que precisava passar pelo *processo de civilização*. No caso brasileiro esta região, não era entendida somente como espaço, mais também como cultura, com sujeitos e práticas negadas. As palavras de Neiva e Penna nos dão uma amostra do teor “hierarquizador” com que os “abeirados ao mar” olhavam os seus, “os sertões que

²⁷ Grifos nossos

conhecemos, quer os do extremo norte quer os centrais, quer os do norte de Minas são pedaços do purgatório (NEIVA; PENNA, 1916, p. 222).

Gardner, bem como Spix e Martius descrevem em seus textos o isolamento sofrido pela região visitada, quando se referem a farmácias descrevem que os medicamentos provem de outras localidades, demoram a chegar e normalmente se encontram em estado não mais aproveitável para o tratamento de algumas doenças. Gardner informa ainda que, “ao tempo que a visitei, Oeiras podia gabar-se de ter dois médicos residentes e uma farmácia; esta porém, era pobremente provida de drogas que nem eram novas, nem de melhor qualidade” (GARDNER, 1942, p. 215). Spix e Martius descrevem o seguinte, “Encontramos a farmácia no mais deplorável estado, pois todos os medicamentos vêm da Bahia ou do Maranhão, onde às vezes já permanecem anos” (SPIX; MARTIUS, 1918, p. 240). O atraso do sertanejo, seu isolamento e por conseguinte a sua estagnação na marcha do progresso, são ressaltados em comparação aos habitantes da Costa.

Na esteira da busca pelo progresso, por civilizar o sertanejo afastado e doente, Neiva e Penna recorrem aos argumentos acima mencionados, mas informam quem e como deveria agir para mudar tal quadro de miséria, doença e abandono. Segundo Miranda de Sá, os médicos em seu relatório descreveram que,

Os homens do interior não passariam de doentes abandonados e esquecidos pelo restante do Brasil, e o sertão seria marcado pela vastidão, por baixa densidade demográfica, resistência às mudanças, dificuldades de estabelecimento de bases mínimas de nacionalidade (devidas à ausência de meios de transporte e de vias de comunicação com o litoral), e analfabetismo em 95% (SÁ, 2009, p. 188)

A integração por meio do contato com a referência a ser seguida – a Capital Rio de Janeiro – e os grupos civilizados – médicos, políticos, industriais – levaria os sertanejos incivilizados a dar um passo à frente no processo de constituição de padrões de ordem e progresso. Ao mesmo tempo em que nos diz, “A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir” (ELIAS, 1994, p. 62), Norbert Elias também deixa claro que,

Jamais se pode dizer com absoluta certeza que os membros de uma sociedade *são* civilizados. Mas, com base em pesquisas sistemáticas, calcadas em evidências demonstráveis, cabe dizer com alto grau de certeza que alguns grupos de pessoas *tornaram-se* mais civilizados, sem necessariamente implicar que é melhor ou pior, ou tem valor positivo ou negativo, tornar-se mais civilizado (ELIAS, 1994, p. 221).

Cegos aos ensinamentos de Elias, os grupos que se autoproclamavam mais civilizados do que os sertanejos, a exemplo dos médicos, impuseram sua própria teoria, ou seja, a civilização é um estado no qual se atinge e, caso necessário, deve ser imposto pela força, negando a civilidade do outro.

Quando Elias diz que, “o homem é um ser extraordinariamente maleável e variável” (ELIAS, 1994, p. 230), essa variedade não se hierarquiza, ou seja, ele toma o homem na horizontal, mas quando se analisa o texto do relato Neiva e Penna, principalmente após a comparação com os dos naturalistas Spix; Martius e Gardner, percebe-se a imposição vertical de uma fala, de um lugar e de uma força sobre outra.

Fazendo uso das reflexões de Miranda de Sá para nosso entendimento, vale ressaltar que a autora estabelece a seguinte conclusão sobre o relatório, “segundo o relato de Neiva e Penna, sertanejos seriam atrasados, indolentes, fatalistas e fracos não por qualquer insuficiência decorrente de cruzamentos raciais (pauta central do debate sobre a identidade nacional no século XIX), mas porque sofriam de doenças plenamente evitáveis” (SÁ, 2009, p. 188). É a ânsia, do discurso sanitário, de inserir o Estado no interior do país, legitimando assim cada vez mais sua existência como força social, para também se inserir dentro deste aparelho ainda em construção, mas que já demonstrava seu poder de atuação. Os médicos visavam não só gerenciar as campanhas com o Estado, eles queriam fazer parte deste Estado, legitimando ao mesmo tempo as suas pretensões e as dos políticos republicanos das décadas iniciais do século XX.

Compreender as relações entre Ciência e Estado no mundo moderno, as interações entre ambos os espaços, quais as forças que os movem e como elas se aplicam na sociedade, tem por premissa o entendimento de que, em nossas sociedades não existem espaços ou meios totalmente autônomos, nem totalmente dependentes. Os objetivos de uns, muitas vezes diferem dos de outros atores, mas, ainda assim seguem caminhos semelhantes. Madel Terezinha Luz, a respeito dessas relações no seio da sociedade, aponta que,

A ciência é, portanto, parte do Estado, fruto histórico da necessidade de sua intervenção na vida social e sobre a vida de populações que precisavam ser organizadas de acordo com a lógica das novas relações sociais. No capitalismo a ciência não faz parte das “ideias dominantes”: *ela é sua idéia dominante*, sua mais brilhante ideia (LUZ, 1982, p. 16).

As relações capitalistas, já haviam chegado ao sertão, bem como ao Piauí, no início do século XX, como bem nos mostra Terezinha Queiroz, “A exploração da maniçoba representa para o Piauí a fase inicial de nova conjuntura em que a dinâmica de economia passou a ser

dada pelas exportações de produtos extrativos para o mercado internacional (QUEIROZ, 2006, p. 186). O exemplo da Primeira Guerra é usado pela autora para nos mostrar que as relações entre os países, em nível global se alteraram com o século XX, as distancias se encurtaram, as *relações* se faziam mais potentes umas contra as outras.

É nesse momento, as três primeiras décadas da República Velha, que partindo da organização política vigente os estados se afirmavam dentro do território nacional. Para Queiroz, essa afirmação tinha contornos antagônicos:

A instituição da República nos moldes federativos, ao viabilizar a autonomia dos Estados, possibilitando a livre manifestação dos interesses de cada unidade federada, contribuiu para que esse processo de diferenciação se tornasse mais nítido e para que os antagonismos se manifestassem (QUEIROZ, 2006, p. 50).

Esses *antagonismos* entre os estados podem ser entendidos pelas visões dentro da própria nação emergente. Cada estado, na busca por se afirmar, adicionava sua contribuição para o todo. O problema desse processo foi que as relações políticas não correram na horizontal, já que os estados mais desenvolvidos economicamente arrogaram para si o *sentido* das direções futuras para o país. Como por exemplo, as intervenções no interior, vindas geográfica e ideologicamente provindas das regiões circunvizinhas da Capital Federal.

Nesse Brasil federativo onde a Capital era a referência para os outros estados, o Piauí existia como lugar onde “A população era ainda predominantemente rural. A economia podia ser definida como fechada e autossuficiente” (QUEIROZ, 2006, p. 101). Dessa diferenciação entre as relações de cada estado, a “superioridade” de uma região e/ou estados, brotou, como consequência “natural” daquele sistema desigual.

O olhar de Neiva e Penna não vinha apenas da sua formação acadêmica, muito menos era uma mera política de gabinete. A compreensão dos resultados proferidos sobre o sertão, não são gratuitos, nem podem se fixar apenas em explicações econômicas, havendo a necessidade de que nos debruçemos sobre as variáveis explicativas que existiam na sociedade para definir o que éramos. A existência de uma diversidade de falas sobre o sertão e o sertanejo constituiu muitos meios na definição de um olhar singular para diversas forma de existir. Neiva e Penna, constituem uma “janela” sobre aquela imensidão, mas as muitas faces daquele “objeto-sertão”, são até os dias de hoje, inesgotáveis.

Nas palavras de Gilberto Hochman, “a divisão intrarregional é percebida não apenas como política, geográfica ou econômica, mas também, e principalmente, como uma distinção entre maior ou menor responsabilidade pública para com a questão sanitária” (HOCHMAN,

2012, p. 149). Assim, a Capital e os estados em melhor situação sanitária e administrativa, precisavam se lançar sobre os outros, diante daquilo que Hochman chama de “interdependência social”, que seria basicamente a constatação de que era “a formação de uma consciência social (que) implicava a percepção coletiva da impossibilidade de uma solução individualizada para os males públicos” (HOCHMAN, 2012, p. 143).

Pensemos essa “consciência social da interdependência” sob a perspectiva de que cada estado não seria mais capaz, apesar de sua autonomia, de se manter livre de seus males e impedir que seus vizinhos não transferissem os seus problemas para ele, isso em uma sociedade que se queria *conectada*. A saúde pública como resposta emerge nesse quadro sobre a égide dos estados mais fortes, em detrimento dos vizinhos doentes. Podemos pensar ainda no termo cunhado pelo historiador Sidney Chalhoub, ““classes perigosas” =classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social “(CHALHOUB, 1996, p. 8), como o parâmetro com que as autoridades olhavam não só para a Capital, mas todo o território nacional. Teríamos assim a materialização do *ameaçador* quadro euclidiano, o sertão como um “imenso hospital”, vazio de civilização, mas completo de perigosos sujeitos que viviam os seus dias sem se darem conta dessa tal civilização, e que justamente por isso foram apresentados a ela à “pranchadas”.

2.2 - A saúde pública como resposta para o atraso do sertão: um raio civilizador como terapêutica do atraso

O sol ardentíssimo coa através do mormaço da terra abrasada uns raios baços que vestem de mortalha lívida e poenta os esqueletos das árvores, enfileirados uns após outros como uma lúgubre procissão de mortos²⁸

O sertanejo sempre foi caricaturado pela literatura, e assim o foi pela ligeira percepção dos viajantes Neiva e Penna. A real vida, o cotidiano, os significados da existência sertaneja não foram captados na sua realidade, nem pelas linhas dos escritores, nem pelos olhos dos cientistas, que rapidamente vislumbraram, no máximo, superfícies do que era a vida naquele espaço.

Era o sertão, onde “os meninos nus eram criados pelo sol enfermeiro” (ALMEIDA, 1997, p. 82), o espaço, não apenas geográfico, nem só cultural, pelo fato real físico da geografia, mas espaço humano que diferia de qualquer outra realidade geográfica e do centro dissipador da ordem republicana, a Capital Federal. Essa ordem era aristocrática, composta

²⁸ ALENCAR, José de. O sertanejo. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013. p. 14

pelos pensamentos de homens de gabinetes, empresários de um mundo que diferia do interior, mundo que não tinha a pretensão de se adequar a uma vida conjunta, com o *outro dito atrasado e incivilizado*.

O pensamento euclidiano, as políticas sanitárias, criações de estradas, portos, e uma ânsia por progresso no seio da sociedade não estavam intimamente ligadas há um sucesso das forças republicanas. As contradições dentro da própria busca por progresso, a incompreensão do sertanejo pelos povos do litoral, uma fantasiosa divisão binária entre reais sujeitos civilizados e incivilizados, não resultou numa ordem planejada.

Ao analisar as relações na sociedade teresinense da segunda metade do oitocentos, o historiador Mairton Celestino da Silva nos possibilita vislumbrar o antagonismo do que se queria, com a real situação do dia-a-dia. Em suas palavras,

O próprio ambiente das ruas, cenário de encontros, desentendimentos e de sociabilidades, representava o contraste daquilo que políticos e comerciantes de Teresina pretendiam para a cidade. A falta de ruas calçadas, chafarizes públicos e de um eficiente sistema de coleta de entulhos causava embaraços naqueles defensores da “civilização”, ao se depararem com a realidade local (SILVA, 2014, p. 36).

Queiroz diz que, “no início da primeira década do século XX, Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna” (QUEIROZ, 2011, p. 28). O Brasil como *Nação* na pauta das políticas republicanas, não deve ser entendido como partes separadas, apesar do federalismo, mas sim, como nos auxilia Hochman, com base no entendimento de que a saúde pública precisava ser entendida não só como ações voltadas exclusivamente no trato de doenças, mas no trato do homem, mulher, criança que existiam nas distantes regiões da Capital. Era um todo que se queria homogêneo, dentro de uma mesma ordem “superior”²⁹.

Os acréscimos civilizatórios que propunham os médicos Neiva e Penna, seriam mudanças profundas nos sujeitos pelos quais eles passaram ao longo de sua viagem, sem que ao menos nos deixassem registrados os seus nomes. Uma das características do relatório é a menção do nome do sujeito apenas quando se tratava de figuras famosas, coronéis e donos de fazendas, como se os sertanejos “sem nomes” não tivessem eles próprios sua civilização, sua cultura e por conseguinte não tivessem também história.

²⁹ Cabe mencionar uma das falas da personagem Conceição, do romance *O quinze*: “Então ser superior é renunciar ao seu feitio e à sua vontade, e, recortando todo o excesso de sua personalidade, amoldar-se à forma comum dos outros?” In: QUEIROZ, Raquel de. *O quinze*. 93ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

A importância do relatório Neiva e Penna reside em sua ânsia de mudar o que observaram. Como nos aponta Mello e Pires-Alves, “o próprio relatório da expedição de 1912 e suas imagens se tornariam, a um só tempo, peça de propaganda e evidência científica de um diagnóstico acerca de uma realidade que pretendia denunciar e transformar”³⁰. Essa transformação era à europeia, segundo Mota, posto que, integrar o país, partindo de um conhecimento empírico do interior forneceria os meios para civilizar àqueles sertanejos alheios ao mundo do progresso.

Nas palavras de Mota, sobre as viagens do Instituto Oswaldo Cruz, na segunda década do século passado, a ideia era construir um Brasil com

imagens do interior do país apareciam como um espetáculo de carências primitivas, lugar da miséria, da fome, do atraso, do analfabetismo. Logo, percebe-se uma leitura dualista da realidade social do país: regiões desenvolvidas *versus* regiões subdesenvolvidas; o moderno *versus* o atrasado; o litoral *versus* o sertão; o urbano *versus* o rural. Dois “brasis” em conflito quase insolúveis (MOTA, 2007, p. 10).

Era nesse binarismo de opostos que se forjava os olhares do “civilizado” da capital republicana, definindo o sertanejo pelos olhares da ciência. O papel de exemplo para o progresso coube a Capital e sua fala em nada favorecia a manutenção das culturas originais do sertão. Assim, as políticas de integração ganharam seus contornos de violência em relação ao outro, tomado na maioria das vezes como um ser estranho, como uma criatura sem pátria. Negavam-lhes os atributos de pertencimento, para que fosse legítima a força empregada, disfarçada como “ajuda” para o prosseguimento na marcha da história.

O controle sobre o homem, a exemplo de Canudos, buscava sempre uma *razão* para explicar a transformação, mas essa razão na maioria das vezes é partidária de só um lado. O sertanejo não se rendeu, nem em suas lutas diretas contra as opressões que sofria das mais variadas formas possíveis, nem passou a negar a sua forma de viver, pelo “encontro” com o pretensioso mundo civilizado.

Negar os padrões culturais dos “povos atrasados”, que foram encobertos por dados gerais, por definições sobre doença e atraso, era aceitar que aqueles sujeitos realmente estavam estagnados no tempo e na história. É negando essa forma de enxergar nosso passado, que visamos tecer uma crítica à visão apresentada por Neiva e Penna em seu relatório.

³⁰ MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de ;PIRES-ALVES, Fernando. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.16, supl.1, P – 158, 2009.

Em passagem de sua obra *Os literatos e a República*, Queiroz nos oferece um balanço da política e da sociedade republicana, nas primeiras décadas de nossa experiência inicial. Em suas palavras:

Sob a República falecem as esperanças de alterações substanciais de qualquer natureza. A rigidez das estruturas sociais e políticas da República, sua aparência de regime democrático e consensual, as possibilidades de alternância entre os diversos grupos políticos, o lugar, sobretudo o lugar político, a ser ocupado pelo cidadão não era de molde a possibilitar muitas variações na prática individual [...]Entramos, pois, no universo do fracasso (QUEIROZ, 2011, p. 174).

É nesse cenário de falência que o sertanejo vai ser abordado como “inteiramente divorciado do resto do Brasil e do mundo” (CUNHA, 2016, p. 121). Saímos da estagnação mortal e do isolamento, para a interdependência, para a consciência de que a Doença não é originária de um estado e não irá respeitar limites políticos. Em meio a esse caos, os autores vão buscando solidificar a figura de seu objeto-ação, o sertanejo.

A caracterização euclidiana, que ainda é nitidamente encontrada em Neiva e Penna, anos depois de sua obra, é um forte traço de permanências para o entendimento e construção de um olhar sobre o sertanejo. O sertão assim seria local onde, “Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana” (CUNHA, 2016, p. 155), local no qual morrer era alívio, “a terra é o exílio insuportável, o morto um bem aventurado sempre” (CUNHA, 2016, p. 156). É o meio em constante oposição na qual sempre é o *purgatório* em relação ao *paraíso*,

É mais fúnebre do que um cemitério. Na cidade dos mortos as lousas estão cercadas por uma vegetação que viça e floresce; mas aqui a vida abandona a terra, e toda essa região que se estende por centenas de léguas não é mais de que o vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria vida (ALENCAR, 2013, p. 15).

“O mundo das “classes perigosas” estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização” (CHALHOUB, 1996, p. 181). Erradicar fazia parte da civilização, como já tinha constatado Euclides anos antes, e como se aplicaria ao mundo no qual a civilização desejada não era vista.

Tratando de Teresina durante o Estado Novo, Alcides do Nascimento expõe em sua fala algumas das complicações pela ânsia do progresso que marcou nossa inicial era republicana. Sobre as divisões binárias entre atraso e moderno, e entre classes perigosas e elite, o autor descreve que, “A nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não

comportava atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada, à cidade nova, em construção (NASCIMENTO, 2015, p. 159). Logo os grupos que não estavam dentro dos patamares da Nova sociedade teresinense ainda se encontravam na miséria, sendo este progresso obtido uma sombra pra poucos, visto que, “

Os segmentos sociais que moravam fora do eixo Central da cidade pouco se beneficiavam das transformações urbanas [...]A pobreza material de grande parte da população que morava na periferia contrastava com os novos edifícios, os automóveis, as ruas limpas e alinhadas da outra cidade (NASCIMENTO, 2015, p. 195)

Existimos como que sempre dentro desse modelo de oposição entre desenvolvido e semidesenvolvido, civilizado e semicivilizado no qual o medo fica para os segundos e a “civilização” é tomada pelos primeiros.

Se erradicar é a solução com que Chalhoub aponta para sanear a capital da Corte, na República o modelo ainda é o mesmo. “A ideia de afastar as casa de palha das proximidades da zona Central está relacionado com o discurso de modernização da cidade” (NASCIMENTO, 2015, p. 219). A unidade territorial com que vimos imbuídos Neiva e Penna não era simplista, aproximar regiões eram problemas complexos para o alvorecer da república. A Velha sociedade que iria se aproximar da Nova, deveria se transmutar para os padrões modernos, para o progresso, ou seria afastada da “civilização” e de seus benefícios, como o foram os habitantes teresinenses com os incêndios de suas moradias de palha. Ou o indivíduo se inseria dentro do modelo estabelecido, ou as forças do Estado e/ou do saber médico iriam tentar agir sobre ele em prol disso. Fontineles Filho sobre esse assunto diz que,

A preocupação com a saúde pública na cidade de Teresina estava alicerçada na premissa de que o controle do corpo, por meio da institucionalização do saber médico, pretendia alcançar o progresso de toda a sociedade. *Um povo saudável seria expressão de uma sociedade civilizada e inserida nos ditames da vida moderna* (FILHO, 2008 p. 146)³¹.

É importante ter em mente que as relações espaciais dão-se de forma rápida, as ações de cunho civilizador não se estagnaram no espaço físico, adentraram os espaços do próprio corpo como meio de controle do cidadão. Caracterizar o sertanejo como doente, justifica e legitima as investidas sobre esse corpo. Foi necessário existir um doente para que a ação terapêutica da saúde pública fosse empregada, e com isso não se nega as reais doenças que existiam, tanto no sertão, como nas diversas capitais da costa, o que se busca focar é o direcionamento para *um doente* específico.

³¹ Grifo nosso

Esse direcionamento específico não era somente científico ou político, eram ambos. As propostas para o sertão, enquanto espaço do interior do país, tomado como atrasado em relação aos seus vizinhos da costa, deve ser visto como afirmação da política republicana daquele momento, bem como deve ser entendida como meio pelo qual se utilizaram atores sociais em seus jogos por poder. A exemplo dos médicos, que faziam-se extremamente necessários para o progresso do país naquele momento. Ilana Löwy, a respeito desse período e de suas políticas que se justificavam pelas investidas sanitárias, enaltece que,

Nos anos de 1920 e 1930 a idéia de modernização do Brasil estava ligada à melhoria da higiene e a um controle mais eficaz dos indivíduos e de seu ambiente. Um discurso oficial largamente difundido associou a luta contra as doenças transmissíveis ao orgulho nacional, e colocou a saúde no âmbito das responsabilidades coletivas. E também relacionou os esforços de saneamento do Brasil ao conjunto das ações destinadas a fazê-lo ingressar na família dos países desenvolvidos (LÖWY, 2006, p. 179)

A política republicana em seu período inicial, teve na saúde pública poderoso veículo de legitimidade, como bem destaca Hochman, “o Poder Público se constituía ampliando seu território, suas responsabilidades e sua capacidade de implementar políticas sanitárias” (HOCHMAN, 2012, p. 177).

É nessa esteira de relações que o interior, na figura do sertão, emerge como espaço para as formulações político-científicas que tentam dizer o que é aquele desconhecido que mora ao lado, ao mesmo tempo em que tentam conhecer o sertão, negam-no em sua parcela mais importante, a população sertaneja que o constitui. Queiroz afirma que, “Na República real, o povo, além de bestializado, era desnecessário e, no mais das vezes, incômodo” (QUEIROZ, 2011, p. 318).

Incomodava o fato de que uma parcela enorme da civilização brasileira, já tomada como nação sob a orientação do Estado, existisse e se perpetuasse em meio ao sertão sem que o próprio Estado ali, fosse uma força motriz, ou seja, é a não dependência direta com as forças do Estado que torna o sujeito sertanejo, isolado em sua vida no interior e alheio aos ditames políticos da Capital, *perigoso* para o progresso da Nação. Como bem destaca Hochman, “Para Neiva, os sertões apareciam mais no sentido do ainda não alcançado pelas autoridades públicas do que uma região geográfica claramente definida” (HOCHMAN, 2012, p. 216). Nunca se deve esquecer que o movimento sanitário estava nas pautas dos políticos da Capital, ao mesmo tempo, as investidas práticas, se deparavam com pessoas e lugares totalmente externos ao que a Capital pregava como “Civilização”. O sertão, ao ser “tocado” pelas

viagens do começo do século XX, mostra-se como singular e original, meio no qual as contradições entre o *imaginado* e o *real* dão choque nos ideais modernizantes do país.

A miséria material que o sertanejo possui, bem ressaltada por Neiva e Penna, como também o foi pelos naturalistas no Oitocentos, não foi capaz de torná-los “seres mendicantes”. O ocaso da civilização, como por exemplo, a máquina, tornava-se desnecessária perante os dedos das mulheres que a não preferiam, fato que deixava os médicos escandalizados com a “impermeabilidade” desse povo. Alencar descreve em seu romance que, “É este um dos traços do sertanejo cearense; gosta de dormir ao sereno, em céu aberto, sob essa cúpula de azul marchetado de diamantes, como não a tem nos mais suntuosos palácios” (ALENCAR, 2013, p. 44), bem como, “para o sertanejo a floresta é um mundo, e cada árvore um amigo ou um conhecido a quem saúda passando” (ALENCAR, 2013, p. 69). Saindo um pouco desse homem-natureza, não se pode negar que o mundo do sertanejo, apesar de não outro, diferia em muitas características do que se encontrava na Capital. Isso não quer dizer, necessariamente, como o fizeram os médicos Neiva e Penna, que haja uma listagem de qualidades e defeitos, ou a hierarquização de qual seria a melhor forma de existir, a mais “evoluída”. Basta que analisemos os processos entre esses “mundos” tão próximos geograficamente, mas que, para alguns homens eram praticamente ilhas nas quais habitavam dois povos distintos.

Na versão euclidiana para os fatos históricos de nossa formação, “mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo” (CUNHA, 2016 p. 34). A falácia do *tempo* como única explicação para o que nos torna diferentes, é uma espécie de atribuição à esse ator *tempo* de um poder que simplesmente deu, como presente, as costas, o negando para o restante do território. Nesta e noutras explicações aqui debatidas, não se chegou a resposta sobre “o brasileiro, tipo abstrato que se procura” (CUNHA, 2016, p. 95).

A arrogância da verdade é vestida por Neiva e Penna, como se fossem eles, pelo fato da sua *Viagem* e do seu saber, possuidores da resposta para o que era esse *brasileiro*. Sendo-o um ser em progresso, industrializado e em marcha rumo à civilização, ou seja, tudo o que não era, para os médicos, o sertanejo. Nas palavras daqueles homens, “é indispensável dizer a verdade embora dolorosa e cruciante e não iludir de forma alguma a nação” (NEIVA; PENNA, 1916, p. 222).

A escrita do relatório já traz em si, na construção do texto, a proposta da receptividade positiva de suas suposições, arrogando uma verdade legitimada ao longo do percurso pelas constatações favoráveis ao programa de intervenção na forma de uma busca

pela civilização. A cultura de um povo é praticamente negada, em prol de uma caricatura de guerreiro, “Em resistência, duvidamos que haja raça igual à do sertanejo do nordeste” ((NEIVA; PENNA, 1916, p. 220). A resistência e a força do sertanejo, não se resguardavam apenas a sua construção muscular ou coragem nas lidas diárias, habitavam também nas suas curas, rezas, credices, seus mecanismos morais, sua indústria adaptada a determinado recurso tecnológico e a sua singular maneira de ir existindo na história, de se fazer presente no tempo, mesmo que pela escrita de homens permeados por ideais diversos aos seus, eles tenham sido renegados à margem da história.

Negar qualquer forma de superioridade é quase uma missão para o saber histórico. Entender como cada grupo existiu, como forjou seus significados, como se justificava e como estabeleciam suas relações, é o passo a passo em que devemos caminhar rumo à direção oposta de uma “história verdade” que julgue o passado e fixe rótulos. O sertanejo ter sofrido ações políticas, por parte de um Estado em sua ânsia por se solidificar e se legitimar no meio social do qual brotou e que muitas vezes viu-se desnecessário, acompanhado por uma ciência legitimadora, composta de homens portadores de um saber específico, que queriam explicar o mundo, não é fruto de um julgamento de valor, mas sim do entendimento de que, “A medicina e, mais largamente, a ação sanitária, pode portanto ser descrita como “uma zona de trocas” (desiguais, é verdade) entre as culturas e, como um espaço de debates sobre objetivos políticos e práticas sociais” (LÖWY, 2006, p. 40).

O relatório Neiva e Penna, diferente dos produzidos pelos naturalistas do Oitocentos, não se deteve apenas em vislumbrar o espaço pelo qual esteve momentaneamente. Os médicos do XX visaram propor respostas para o que defiram como problemas, é essa a sua originalidade. A Saúde Pública assim, no início do século XX, não pode ser entendida se não tivemos em mente que, o Estado visava civilizar a Nação, e civilizar é aqui adequar a determinados parâmetros. O que torna essa “civilização” problemática é, um meio e um povo real, que na sua realidade concreta do dia-a-dia já existiam, já eram por si mesmo justificáveis perante a vida. Tomar o sertão, e por conseguinte o sertanejo como *doente* para a emergente nação republicana, foi processo construído pelas linhas oficiais.

Saber se o sertão e o sertanejo foram engolidos pela garganta do progresso e da civilização, é o que nos move em nosso estudo, acreditando sempre que o sertanejo existia, não apenas como dado histórico, mais sim como cada homem e mulher que habitavam um meio e que possuíam cultura, que viviam sob as suas próprias construções históricas.

CAPÍTULO 3

O OUTRO LADO DA CIVILIZAÇÃO: a originalidade do norte e a resistência a um ideal de progresso

Foi fundamentalmente na segunda década do século XX que o pensamento médico e higienista mais fortemente influenciou as representações sobre a sociedade brasileira e criou uma de suas mais poderosas e perenes imagens: a de Brasil como imenso hospital³²

O sertão foi representado na Primeira República como algo além de um espaço geográfico, com peculiaridades na formação de suas identidades regionais e características sociais específicas, como nos é exposto por René Marc da Costa Silva, em seu artigo, *O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro*:

“sertão” é muito mais do que apenas um termo ou vocábulo caracterizador de uma região específica. É, acima de tudo, um campo simbólico, uma região de significados e relações de sentido estruturadas por um conjunto mais ou menos aberto de categorias cognitivas que, muito mais do que reproduzir ou caracterizar objetivamente uma unidade geográfica, a constrói simbolicamente, sempre no sentido de produzir uma narrativa da formação histórica do país, da fundação da nação ou da construção da identidade nacional, que retira do centro e desloca ideologicamente para a periferia do discurso as populações não-brancas (SILVA, 2006, p. 435)

Havia um sentido para a delimitação do *Sertão*, principalmente em oposição ao litoral, sendo a Capital da República, Rio de Janeiro, o grande centro irradiador de progresso e o modelo a ser seguido. Segundo Gilberto Hochman³³:

A doença endêmica e a falta de políticas públicas de saúde e saneamento não caracterizavam apenas áreas longínquas do país, muitas vezes quase desabitadas, mas áreas suburbanas da principal cidade do país, sede dos poderes da República. O hospital e os sertões estavam mais perto das elites do que elas supunham ou desejassem (HOCHMAN, 1998, p. 2)

Visando demonstrar as diversas compreensões que se pode tirar do estudo sobre a Saúde Pública no sertão, durante a Primeira República, sem que, necessariamente precisemos

³² HOCHMAN, Gilberto & LMA, Nísia Trindade. *Médicos e Intérpretes do Brasil: uma introdução*, In: HOCHMAN, Gilberto & LMA, Nísia Trindade. *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015. *Essa obra será de grande serventia em nosso terceiro capítulo, devido ao fato do seu amplo alcance, tanto de temáticas, como temporal. E, principalmente, por se deter sobre figuras médicas atuantes no período que se estuda.*

³³ HOCHMAN, G. Logo ali, no final da avenida: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República'. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, p.217-235, julho 1998.

aceitar as falas dos sujeitos encarregados de construir os parâmetros de definição do progresso, podemos entender as definições sobre o norte do país como algo que, apesar de suas relações com a Capital, o litoral e o dito mundo civilizado, não tem suas histórias traçadas a partir desses pontos, necessitando compreender o sertão a partir das suas características únicas e tentando analisá-lo a partir de categorias de análise diferentes da visão constituída na região sul/sudeste do país.

Para tal feito, o presente capítulo se utilizará, principalmente, dos debates levantados por monografias apresentadas e defendidas no Curso de Licenciatura Plena em História, do campos de Picos, Senador Helvídio Nunes de Barros, que, nos últimos quatro anos vem demonstrando um grande interesse nas temáticas sobre saúde, doença, ciência, civilização e o debate sobre história nacional, privilegiando o espaço no qual se encontra, ou seja, uma história centrada no entendimento do Sertão. Visamos assim, além de termos em mãos um leque de discussões mais direcionado para o objeto que estudamos, também efetuar, mesmo que de forma singela, uma “conversa” entre as compreensões externas e internas, a partir de um diálogo de como somos definidos e de como vemos a nós mesmos.

As imagens sobre o sertão em relação aos olhares da Capital foram bastante alteradas com a *Viagem Científica* de Neiva e Penna. O romantismo de que nos fala Célia Nonata da Silva, “A consciência política republicana representava pra si e para a sociedade a imagem do sertão como um mundo romântico e, ainda, incógnito”³⁴, ruiu com a descrição científica dos médicos em 1916. O próprio Relatório é enfático nessa questão sobre o romantismo acerca dos sertões, apresentando-o como um espaço humano, cheio de mazelas e doenças. Se por um lado o romantismo foi negado, o interesse pelo sertão apenas aumentou depois da expedição, pois as políticas governamentais, em suas ações estratégicas viram cada vez mais no sertão, ora um possível meio para o impulso, e ora, o entrave para a “marcha rumo ao progresso”.

Em meio a esse debate que circulava sobretudo entre uma pequena parcela da população existiam inúmeros sujeitos que, em suas casas, estavam alheios às discussões sobre o Estado, a civilização e a saúde pública. Populações que não conheciam as benesses de políticas públicas, não participaram da constituição da República e ainda não sabiam o que significava condições dignas de sobrevivência, a estratégia era ainda atrelar ausência de Estado e de consciência da “Nação” com atraso e barbárie, formas alheias ao mundo que se

³⁴SILVA, Célia Nonata da. *O estranho sertão da primeira república*. *Revista Sertões*, Mossoró-RN, vol. 1, n. 1, p. 11-30, 2011.

apresentava como a Nação e que igualmente os excluía e os mantinha sob o signo do incivilizado.

A oposição binária que se visualiza, não deve restringir um entendimento de que no sertão não habitavam apenas indivíduos doentes, apenas sujeitos incapazes de gerir suas demandas cotidianas, ou seja, é na defesa do sertanejo como alguém ativo em sua própria história, traçando, mesmo que na contramão do sistema, a sua própria maneira de viver, aceitando as suas qualidades e defeitos de ser humano, em determinado espaço e sobre determinadas influências, que seguiremos as últimas linhas desse trabalho. Deixando claro que nem sempre é fácil ouvir aqueles que foram silenciados. O uso das monografias é justamente para tentar suprir a falta daqueles que não puderam deixar-nos suas próprias impressões sobre o seu tempo, pois uma fuga dos documentos oficiais nem sempre é algo fácil, mas o recurso aos seus silêncios e dos vestígios deixados, sempre é um meio válido de nos desvencilharmos das malhas construídas para evitar percepções diversas.

Um objetivo em comum entre as investidas da elite, do Estado e dos médicos, era proporcionar aos lugares mais distantes o progresso, material e cultural, sob a perspectiva de comparação com padrões civilizatórios já supostamente eficientes. Para esse progresso ocorrer, era necessário a união do país, de suas regiões, ou seja, guiar a nação, entendida como um território único, para um único fim e modelo de sociedade. Segundo Laila Pedrosa da Silva, em sua monografia intitulada, *Ecos do progresso, ruídos de civilização: as exposições estaduais no Piauí do final do século XIX e início do século XX*, a mesma ressalta: “As ideias modernizantes ganharam mais forças com a Proclamação da República, quando desponta a necessidade de se construir uma identidade para o povo brasileiro (SILVA, 2016, p. 19)”. Sobre a época imperial, Laila Pedrosa nos diz ainda que, “O Brasil procura (va) se espelhar nas nações europeias, só que o cenário brasileiro do século XIX não refletia a imagem desejada e as exposições apenas demonstraram essa diferença entre as nações do globo (SILVA, 2016, p. 34)”. Conforme se percebe, a busca por uma civilização nos trópicos já era objeto das discussões num momento bastante anterior ao início da República. Para a República Velha, a civilização continuava a ser um “ideal” a ser alcançado. Ainda segundo Silva,

A República veio com todo o esforço de desconstruir a ideia do “Brasil pitoresco”, não aderir as transformações mercadológicas, urbanísticas e comportamentais da modernidade, significava ficar de fora do mundo civilizado e industrial, assim os governos e as elites implementaram práticas nacionais modernizantes importadas da Europa (SILVA, 2016, p. 42)

A autora se detém sobre como as elites queriam inserir o Brasil dentro do mundo civilizado, tendo como um dos pontos a serem alcançados a construção de uma Nação que rumasse para o progresso, para a constituição de uma identidade nacional homogênea.

As exposições estaduais e nacionais, segundo a autora, faziam parte desse anseio, tanto no que diz respeito ao econômico-material, bem como ao processo de conhecimento do território nacional em prol de uma unidade e identidade. A autora assim se posiciona a respeito,

A intenção de tornar o Piauí civilizado parte dos anseios das autoridades políticas, versando sob o projeto do Governo republicano de construir uma identidade nacional brasileira buscando conhecer a história do seu povo. Mas como podemos perceber através das exposições, esse projeto se estendia apenas a elite brasileira, excluindo dela grande parte de sua população (SILVA, 2016, p. 81)

Essa tentativa de exclusão do sertão a partir do argumento das distâncias, e uma busca por identidade, leia-se legitimidade política, pode ser melhor compreendida com um raciocínio do autor Gilberto Hochman, que afirma, “Os sertões significavam não espaços geográficos delimitados, mas áreas não alcançadas pelas políticas de saúde e saneamento (HOCHMAN, 1998, p. 11)”. O sertão seria o espaço/meio no qual o Estado se afirmaria e colocaria em prática todas as suas investidas em favor do progresso. Se “modernizantes”, A exemplo das *exposições* ou o saneamento, a exemplo do projeto médico-sanitário para o norte/nordeste, sendo o Sertão local no qual a vida necessitava ser controlada.

Helena Bomeny, em *Miguel Couto: “O árbitro moral do Brasil”*, segundo texto da coletânea dirigida por Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima, *Médicos intérpretes do Brasil*, nos aponta que, “Do rol dos saberes, ao saber médico se atribuía a autoridade para intervir e para curar. A transformação da ciência médica em ciência social talvez tenha sido o ponto mais agudo de toda essa conjuntura da década de 1920”³⁵. A ação do saber médico, com suas práticas de controle, de cura, serviriam assim para a construção de uma Nação moderna E A relação saúde e progresso, principalmente na segunda década do XX em direção ao sertão, Brasil Central de Neiva e Penna, teriam um caráter civilizador. Bomeny ressalta que essas investidas do saber médico eram estratégias legitimadoras das ações do Estado, POIS em suas palavras, “As melhorias necessárias à ultrapassagem do atraso só seriam eficazes se

³⁵ BOMENY, 2015, p. 35. In: HOCHMAN, Gilberto & LMA, Nísia Trindade. *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.

coordenadas pelo Estado”³⁶. Logo, o movimento sanitarista não pode ser resumido apenas aos interesses do Estado, o que não impediu que as ações tenham sido efetuadas sob a sua gerência, ou seja, sua tutela de orientação material e ideológica.

Em *A era do saneamento*, Hochman traça as relações de como o movimento para os sertões contribuiu para a organização e estabilização do aparelho do Estado. Ao se fazer necessário ações em âmbito nacional contra doenças que não respeitavam as barreiras dos Estados, a União se solidificou, afirmou-se sobre o território. Luiz Antônio de Castro Santos, em artigo³⁷ sobre o movimento sanitarista e suas relações com os diversos sujeitos, afirma que, “A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões (SANTOS, 1985, p. 11)”, sendo o grande problema desse desvio a não percepção com “olhos nacionais”, carregando o mesmo olhar europeu preconceituoso de outros momentos. Tanto os espaços definidos como sertão, como os sujeitos que ali moravam foram negados, pois A existência desse outro Brasil, aos olhos das elites, era contraditória para uma nação que se pensava moderna e civilizada.

3.1 - Os embates pela civilização: os silêncios a respeito dos saberes não oficiais e o caminho traçado para o progresso

O fato é que episódios que retratem as maneiras de curar são frequentes nos jornais da cidade na segunda metade do século XIX³⁸

Nádia Narcisa de Brito Santos, em *Cidade ideal e real: higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877)*, demonstra a existência de práticas de cura não oficiais, efetuadas por sujeitos comuns. Práticas não médicas e que não eram obtidas através de uma formação acadêmica. Nesse momento, NA segunda metade do século XIX, segundo a autora via-se, “o embate entre o saber médico científico e as artes curativas, tornando, os que praticavam de tal arte, nas palavras dos médicos citados, “criminosos” e “nocivos aos enfermos” (SANTOS, 2016, p. 72). Importante é constatar que Neiva e Penna relatam que

³⁶ BOMENY, 2015, p. 36. In: HOCHMAN, Gilberto & LMA, Nísia Trindade. *Médicos intérpretes do Brasil*. – São Paulo: Hucitec, 2015.

³⁷ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

³⁸ SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. *Cidade ideal e real: higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877)*. Picos, 2016. – p.71. A autora refere-se a publicações nos jornais teresinenses sobre práticas de cura voltadas para o saber popular e praticadas por sujeitos locais.

mesmo os curandeiros e/ou charlatões, que praticavam a dita “Terapêutica Popular”, tinham mais prestígio em certas localidades que os próprios médicos que ali já residiam, ou seja, trata-se de uma permanência das práticas curativas, mesmo em plena “Era do Saneamento”, ou de um movimento sanitário nacional rumo aos sertões. Civilizar tornara-se, também, um embate entre saberes e concepções de cura.

Flávio Edler, ao tratar sobre *A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais*, nos diz que,

A organização profissional e regulamentação da educação médica no Brasil, como atividade diversa da praticada por barbeiros, sangradores, práticos e curandeiros, começou apenas no século XIX, motivada pela súbita fuga da Corte portuguesa, ameaçada pelas tropas de Junot, para a Cidade do Rio de Janeiro³⁹

A institucionalização do saber médico esteve atrelada ao Estado, desde a época imperial. Na República, a ideologia científica foi legitimadora dos anseios, e das diversas investidas no território brasileiro por parte dos administradores locais, em nome dos ideais de progresso e de civilização, constituídos a partir de uma pequena parcela da sociedade. Assim nos mostra também as reflexões de Madel Terezinha Luz, na discussão sobre a ideologia de uma Ciência que era guiada pelas ações do Estado.

Dentro dessa aproximação entre Ciência e Estado não cabia espaço para outras artes e ofícios de curar, remédios caseiros, rezas, crenças e outros mecanismos de se buscar o bem-estar e prolongar a vida, ou, ao menos amenizar as dores e agonias. Shalhoub, a respeito da resistência à vacina na Corte imperial pelas “classes perigosas”, diz que,

De qualquer forma, os negros – mas não só eles no Brasil do século XIX – acreditavam que a doença não era uma coisa natural; as moléstias eram sempre provocadas por causas sobrenaturais – causas estas que poderiam ou não ter sido evocadas por feiticeiros –, sendo a cura, como veremos, prioritariamente ritual (SHALHOUB, 1996, p. 137).

O progresso regido pela ciência na República enfrentava alguns dos problemas da época imperial, visto que em poucas décadas era propagandeada a falência de toda uma cultura que constituía outros parâmetros de definição de progresso, além de outras práticas terapêuticas, que não apenas a do saber institucionalizado. Ainda nessa reflexão, Shalhoub afirma, “O mundo das “Classes perigosas” estava repleto de sobrevivências culturais que

³⁹ ELDER, Flávio. *A medicina imperial e as ciências naturais*. - p. 108, In: HEIZER, Alda & VIEIRA, Antonio Augusto Passos (org). *Ciência, Civilização e império nos trópicos*. – Rio de Janeiro: Access, 2001.

precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização (SHALHOUB, 1996, p. 137)”.

A “bandeira do maravilhoso”, ainda na Primeira República, defendia a legitimação da novidade, em detrimento de um mundo que se mostrava alheio aos ensinamentos de concepções não legitimadas pela ciência oficial. É importante ter em mente que não se buscava efetuar uma luta entre os saberes científicos e os que fugiam aos modelos pré-estabelecidos. Por mais que a Ciência chamasse para si as rédeas da “cura”, pela medicina oficial, existiam homens e mulheres que procuravam curandeiros, tomavam receitas caseiras e se utilizavam do amplo arsenal de terapias naturais para melhorar o seu cotidiano.

O debate sobre o saber médico institucionalizado e a sua capacidade de orientar a sociedade rumo ao progresso, era a ideologia de reafirmação de uma medicina oficial e de constituição de uma Identidade Nacional, A partir de políticas do Estado, que se queria implementar pela força, como demonstra o tópico *Terapeutica popular* do relatório Neiva e Penna. Os médicos abrem a sua fala da seguinte maneira,

Este capítulo mostrará a *inopia de recursos em que vivem as populações do Brasil Central*, obrigadas a procurar auxílio na flora e fauna locais afim de se tratarem. Pela exposição que abaixo faremos, ver-se-á a *pobreza do arsenal terapeutico* de que podem lançar mão, aliás, quasi sempre, sem o menor resultado (NEIVA; PENNA, 1916, p. 161)⁴⁰

Nota-se claramente a necessidade de deslegitimar as outras artes e ofícios de curar. As palavras *inopia* e *pobreza*, utilizadas para se referirem à terapêutica popular, já são em si, expressões do posicionamento dos médicos a respeito da utilização de outras terapêuticas.

Na Teresina do Oitocentos sujeitos como Manoel João e José Sebastião da Rosa, o Juca Rosa, analisados pelo autor Mairton Celestino da Silva, eram figuras de íntima relação com o sobrenatural e que por isso detinham grande prestígio para alguns grupos da sociedade, não só para os mais pobres, como também para os membros da elite. A autora Nádia Narcisa de Brito Santos, relata sujeitos como, Agostinho da Cunha Machado e suas pílulas, muito conhecidas em Teresina, bem como, “o negro Manoel João, o qual era acusado de práticas curandeiras, ou mesmo a velha Maria Pereira que curava por meio de benzeduras e “cozendo-o com umas pedras miraculosas” (SANTOS, 2016, p.72)”.

Tais homens e mulheres junto com seus saberes, as suas formas de vida, foram negados pela expedição de Neiva e Penna. Os médicos afirmavam que “A crença no poder sobrenatural que algumas pessoas dizem possuir é verdadeiramente espantoso (NEIVA;

⁴⁰ Grifos nossos.

PENNA, 1916, 161)”, atrelando a isso a existência de uma mentalidade “infantil” inerente aos sertanejos, demonstrando que a “maturidade” era privilégio do homem civilizado. Na ótica euclidiana a mesma posição se mantém, na qual o sertanejo, “É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas (CUNHA, 2016, p. 153). Esse desmerecimento do outro não é fruto apenas de uma análise pautada em ideologias, é também fruto de políticas públicas que precisavam desmerecer o sertão e sua população para que o modelo de progresso fosse absorvido com maior facilidade.

Há uma clara posição de contrariedade a qualquer tipo de busca por entendimento ou compreensão, por parte dos médicos sobre o mundo em que encontraram em sua *Viagem Científica*, ocorrendo muitos julgamentos prévios e uma descrição que privilegiava os pontos positivos daqueles que eram enaltecidos como “modernos”, “civilizados”, tudo que fugisse a esse padrão era qualificado como como “bárbaro”. Tal postura nos remete a Terezinha Queiroz, quando a autora afirma, “Na República real, o povo, além de bestializado, era desnecessário e, no mais das vezes, incômodo (QUEIROZ, 2011, p. 318)”. É nesse ideal de República que em 1916 foi lançado na Capital do país o relatório Arthur Neiva e Belisário Penna.

A complexidade das análises hierarquizadoras iam além dos espaços geográficos, pois se julgarmos serem os homens vindos da Capital os únicos que enxergavam as mazelas desse mundo distante chamado “Sertão”, nos deparamos também com os literatos piauienses, “filhos da terra” e que, quando retornam do litoral, ficam indignados com o que veem. Nas palavras de Teresinha Queiroz, “Negando o seu tempo e o seu lugar, na sombria imagem que projeta de si, o literato piauiense volta-se para a cidade ideal, para o paraíso longínquo do Rio de Janeiro. [...] O Rio de Janeiro é o lugar por excelência da República (QUEIROZ, 2011, p. 190)”. O que temos em mãos, é um idealismo forjado tomando como modelo a Europa, mundo no qual os parâmetros não são os tropicais, não são os brasileiros, e muito menos o mundo no sertão.

Se debruçando sobre o *fazer médico* e suas relações e implicações com o mundo exterior ao laboratório e ao campo científico acadêmico, Gilberto Freyre, em *Sociologia da Medicina*, traça o seguinte raciocínio,

A doença pode ser um problema puramente médico. O doente pode ser, até certo ponto, puro objeto de atenções médicas. Na realidade, porém, é raro o doente e é rara a doença que existem independentes de suas circunstâncias. E essas são socioculturais. São ecológicas. Exigem do médico uma perspectiva que exceda à extritamente médica (FREYRE, 2009, p. 86)

O doente em Neiva e Penna não é mais fruto da raça, nem do clima ou de algum outro determinismo. O sertanejo seria doente, não só por possuir doenças, fato que em todos os locais existiriam, mas sim, por um dado político e por ausência de políticas públicas de combate das mazelas que assolam o sertanejo. A doença é apresentada em especial natureza por uma desvinculação política do sertanejo, Em que introduzir o sertanejo na política republicana seria “cura-lo” de sua maior doença, viver sob o seu próprio mundo.

O discurso do abandono e da distância permeiam as páginas de Neiva e Penna, não apenas uma distância geográfica, como a do modelo sertão/litoral, mas uma distância simbólica entre o civilizado e o bárbaro. Vê-se que, para Neiva e Penna, sustentar uma *distância* em seu relatório serviu de premissa para que o Estado afirmasse a si próprio e legitimasse/organizasse ações médico sanitárias. Para que as mesmas viessem a ocorrer, uma maneira singular de enxergar o sertanejo foi-se delineando. A doença do sertão seria não fazer parte de uma Nação, idealizada e vivida, por poucos grupos que almejavam a todo custo forjar essa identidade Ao Brasil. As implicações desse modelo de visão, sobre o ideal de cidadão republicano, excluem qualquer um que não fosse estabelecido dentro da “política republicana”.

Aleisa de Sousa Carvalho nos aponta, em sua monografia, *“Pobres infelizes” à espera de “almas caridosas”: santa casa de misericórdia de Parnaíba no início do século XX (1914-1928)*, como as direções públicas, em conjunto com as ações de caridade, tratavam os que não se incluíam dentro do ideal de cidadão civilizado. A mesma nos diz ao analisar a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba que. “O certo foi que a Santa Casa dialogava com os interesses do estado, pois manter uma cidade limpa e saudável fazia parte dos ideias de modernização (CARVALHO, 2016, p. 59)”. Limpa e saudável para os cidadãos, porque os que iam para a Santa Casa não tinham o privilégio de serem vistos como já possuidores dessas qualidades, pois a exclusão das ruas já os privava de viver a República, a liberdade. Essas práticas de exclusão de um modelo idealizado de civilização, propagou-se por toda A Primeira República, seja com ações mais específicas, ou em âmbito nacional, relegando À periferia da Nação o sertanejo e o sertão.

Para Hochman, “a saúde era uma questão pública e nacional, não porque assim desejassem alguns políticos e governantes e muitos médicos, mas uma imposição do fato de que várias enfermidades eram transmissíveis (HOCHAMN, 2012, p. 81)”, o que corrobora com as análises encontradas na monografia de Romão Moura de Araújo, intitulada *“A medicina social no Piauí da primeira república: saúde pública e serviço de saneamento rural (1890-1930)”*, na qual o mesmo aponta,

Percebe-se por meio dos relatórios dos presidentes das províncias que nas décadas iniciais da República as questões de saúde pública no Estado do Piauí ainda careciam de maior atenção, ao passo que nesses anos ainda estavam por serem instaladas repartições que objetivassem a zelar pela concretização dos serviços de higiene pública tanto na Capital quanto nas Intendências Municipais (ARAÚJO, 2014, p. 14)

Percebe-se que há uma maior centralidade das ações em torno da Saúde Pública, no aparelho do Estado, em sua organização e afirmação pelos espaços do país, e não na figura do sujeito doente. A doença tratada de forma nacional também amenizaria a particularidade de cada sujeito, seja o da Capital, seja o do Sertão, a diferença seria, como nos é exposto por Hochman, na natureza depreciativa com que ao sujeito do interior mais facilmente será atrelada a sua figura, à condição de portador de doenças transmissíveis. Sendo assim, o sertanejo, um risco para a Nação, ainda continua a ser uma “classe perigosa”.

Encontrava-se, na sociedade da Primeira República, um embate entre o saber médico e outras formas de cura voltadas para o sobrenatural e o saber prático, aos moldes do que nos fala Romão Moura de Araújo. O mesmo aponta um “embate entre medicina culta e medicina popular, entre os representantes do saber médico científico e os praticantes das mais variadas práticas de cura, tachados de “charlatões” (ARAÚJO, 2014, p. 22)”. O charlatanismo estaria presente em toda a sociedade piauiense do começo da República, e seria por essência o saber encontrado nos sujeitos que não possuíam uma formação na academia, ou que não eram legitimados pela presença do Estado. A luta pela afirmação do saber médico científico, muitas vezes, esbarrou nas curas proporcionadas pelos que eram englobados no charlatanismo, pois os próprios Neiva e Penna mostraram sua indignação quanto ao poder que esses saberes tinham junto aos sertanejos.

O sertão se delineava para esses médicos como um meio perigoso, repleto de vazio, vazio de poder médico, de propostas que pudessem ser utilizadas por um Estado desconhecido da maioria da população. Estado este que, ao procurar se propagandear com as suas viagens pelo interior, aos moldes da expedição de Neiva e Penna, expunha mais ainda a sua natureza alheia à maioria do território nacional, desconhecedor das características de seu próprio povo, políticas de Estado que não permitiam a inclusão de inúmeros membros na República. Os debates em torno da saúde pública, das manobras do Estado brasileiro em sua formação, são percepções sobre a nossa própria identidade, mostra-se extremamente atual, como atual ainda é a luta dos ditos sertanejos por participação dentro da política nacional.

Estudar como víamos a nós mesmos é conhecer as percepções que se cristalizavam e tornaram-se senso comum na análise do sertão e do sertanejo. Muitos desses olhares, assim

como do médico sanitaria na República Velha, tinha o objetivo de definir o desconhecido. Este olhar já era em si, limitado demais pela vigência de uma série de preconceitos, para reafirmar o que/quem era o outro. Ainda cabe a nós o entendimento desse período tão conturbado, na ânsia de procurar entender o que erámos, e historicamente, compreender o que somos, para quem sabe, agirmos com menos preconceitos sobre nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Saúde Pública ao longo do período da Primeira República, ou República Velha, é um campo vasto de possibilidades, na diversidade de objetos e problemáticas. Optou-se por entender aqui como a saúde pública, na forma de um movimento nacional, se propagou pelo território, adentrando os sertões desconhecidos e levando uma proposta de civilização para as matas. É o estudo de um movimento amplo, de elite, justificado e financiado pelo Estado e que, ainda emergente, visava constituir meios de se solidificar como forma e regime político aceito e necessário. Concluímos, mesmo que de maneira oficial, que a saúde pública foi uma fala que encobriu milhares de outros sujeitos e que o movimento era, em certa medida, um mecanismo silenciador da cultura sertaneja, da cultura “pobre” dos homens e mulheres que na flora, encontraram suas curas, bem como em seu vasto campo do sobrenatural. Silenciá-los foi também um dos papéis que se verificam dentro do relatório de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna.

O movimento em prol de sanear o sertão, espaço/meio aceito e tomado como “*um lugar doente*” dentro do território nacional, teve suas bases formadas por homens alheios aquele ambiente, ou seja, formulou-se um modelo de cura sem conhecimentos concretos dos principais problemas dessa região. A ida, em lombos de burro, efetuada por Neiva e Penna, visava, entre outras coisas, constituir um olhar mais próximo a partir da experiência, “tocar” nos sintomas do *doente*, averiguar as causas, e as possíveis terapêuticas. O atraso, ignorância, isolamento e uma incapacidade de se desenvolver por conta própria, foi o diagnóstico criado para que os médicos expusessem os habitantes daquelas paragens. O que não se deve aceitar é a propalada “inércia” com que foi posto o sertanejo, essa ‘animalidade’ do homem em meio a natureza, reduzindo-o mesmo quase a uma figura bestial, no entendimento de Neiva e Penna. O tempo e espaço são os *bisturis* com que os médicos fazem as mais profundas incisões no corpo do sertanejo e do sertão. São três séculos de distância numa marcha histórica de evolução, que só os médicos veem e acreditam trazer consigo. É um litoral, “abençoado” em contraste com a fatalidade do rústico e arcaico interior.

Não se deve aceitar que o sertanejo, como sujeito histórico, portasse a doença da inércia, da barbárie e incivilidade e que a gerência e o aval do Estado e da Ciência fossem-lhe necessários para o prosseguimento de sua vida. Quando falamos de “sertanejo”, também nós encobrimos muitos, visto que este termo como que concentra todos aqueles e aquelas que viviam alheios ao mundo das principais capitais, entre os anos de 1890 e 1930.

A saúde pública não nos mostra apenas um movimento de Estado/Ciência sobre povos supostamente atrasados e doentes, estudar a saúde na República Velha nos possibilita entender também como se davam as relações políticas na República após o único Império que se estabeleceu no tropico cair. Ver como eram os anseios políticos, principalmente entre uma elite concentrada geográfica e ideologicamente, sobre o interior do país, foi e ainda é objeto interessantíssimo e revelador de nossa própria identidade como Povo, Nação. Momento histórico de alvoroço político, de busca por ordem e de afirmação de um saber especializado, a Primeira República é um campo em que a saúde pública se espalhou pelas matas, mas que, contrariando Euclides, e a maioria dos “seguidores” daquele cálculo, a civilização não fez perecer nem desaparecer o que ali encontrou.

Defendemos por fim que o sertanejo e o sertão se mantiveram, e ainda se mantêm como originais e particulares nas suas vivências cotidianas, sobrevivem e perduram sem que isso se deva necessariamente, por alguma espécie de “ajuda piedosa” das forças que se queriam fundamentais para tudo. A terapêutica popular é o exemplo máximo de resistência e autenticidade que se constituiu pelos habitantes das paragens sertanejas ao longo dos anos que englobam o recorte do presente estudo. As possibilidades de compreensão sobre o movimento sanitário e sobre, os sujeitos que fugiam aos modelos adotados pelas concepções de saúde pública, ainda são vastas e dignas de aprofundamento.

REFERÊNCIAS

1 - ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

2 - ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ALMEIDA, Marta de; DANTES, Maria Amélia M. **O serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia**. In: DANTES, Maria Amélia M (Org). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ARAÚJO, Romão Moura. **A medicina social no Piauí da primeira república: saúde pública e serviço de saneamento rural (1890 - 1930)**. Graduação em História. Universidade Federal do Piauí. 2014.

BIASIN, O. Olhares estrangeiros: impressões dos viajantes acerca da Bahia no transcurso dos oitocentos. In: MOURA, M. org. **A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BLOCH, March. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

3 - BOMENY, 2015, p. 35. In: HOCHMAN, Gilberto & LMA, Nísia Trindade. **Médicos intérpretes do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do Campo Científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARVALHO, Aleisa de Sousa. **Pobres Infelizes" a espera de " Almas Caridosas": Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba no início do século XX (1914 a 1928)**. Graduação em História. Universidade Federal do Piauí. 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

4 - CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Editora Lello Brasileira S.A, 1967.

5 - _____ . **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

DANTES, Maria Amélia M. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930**. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DOMINGOS, p. 70. In: DANTES, Maria Amélia M (Org). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ELDER, Flávio. **A medicina imperial e as ciências naturais**. p. 108, In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (org). *Ciência, Civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

6, 7 - ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, Volume II: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

8 - FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERTZ, Marcelo. **Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p. 40-54, 2011.

FILHO, Antônio Melo. **Teresina: a condição de saúde pública na Primeira República (1889 – 1930)**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

FILHO, Pedro Pio Fontineles. **Desafiando o olhar de medusa: a modernização em Teresina, nas duas primeiras décadas de século XX**. Dissertação de Mestrado: Teresina, 2008.

9 - FINKELMAN, J. **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

10 - FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. São Paulo: Global, 2009

11 - HEIZER, Alda. VIEIRA, Augusto Passos. **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HOCHMAN, G.; ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política pública de saúde no Brasil**. São Paulo: Huritec, 2012.

12 - _____. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República?. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, p.217-235, julho 1998.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 21, n. 41, p. 157-172, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2018.

13 - LIMA, Nísia Trindade. In: FINKELMAN, J. **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002

14 - LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

15 - LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850 – 1930)**. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1982.

MELO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando. Expedições científicas, fotografias e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). **História, Ciências, Saúde**, vol.16, supl.1, jul. 2009, p. 139-179. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138047008/>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

MOTA, Maria Sarita. Cruzando fronteiras: a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz e a expedição do Roncador-Xingu. **Revista IDEAS**, vol. 1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4059574>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

16 - NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2.ed.-Teresina: EDUFIP, 2015.

NEVES, Margarida De Sousa. **Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX**, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República a revolução de 1930. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

17 - PATTOS, Maria Helena Sousa. **Estado, Ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Estudos Avançados, p. 167–198, 1999.

PITANGUY, Jacqueline. **Gênero, violência e saúde**. In: Or. SOUSA, Alicia Navarra & PITANGUY, Jacqueline. Saúde, Corpo e Sociedade. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

18 - PORTER, Roy. **Das tripas coração: uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

19 - QUEIROZ, Raquel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

20 - QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as ciladas do inimigo**. 3. ed.- Teresina: EDUFPI, 2011.

21 - RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROHDEN, Fabíola. **Sexualidade e gênero na medicina**. In: Or. SOUSA, Alicia Navarra & PITANGUY, Jacqueline. Saúde, Corpo e Sociedade. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

22 - SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). **História, Ciências, Saúde**, vol.16, supl.1, p. 183-203. jul. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138047009/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SANTOS, Cláudia Penha dos. **As comissões científicas da inspetoria de obras contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)**. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003.

23- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em:

<<http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SANTOS, L. A. C. **Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica**. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. **Cidade ideal e real: higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877)**. Picos, 2016.

SILVA, Ana Lucia Calbaiser. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. **Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, vol.17, n.1. 2016. Disponível em:

<<http://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/2863>>. Acesso em: 01 maio 2018.

SILVA, Célia Nonata da. O estranho sertão da primeira república. **Revista Sertões**, Mossoró-RN, vol. 1, n. 1, p. 11-30, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/110>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

24 - SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX**. Teresina: EDUFPI, 2014.

SILVA, René Marc da Costa. Nao-Branco, o Sertao eo Pensamento Social Brasileiro, **Braz. J. Int'l**, n.3, 2006.

25 - TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. –São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. p-55.

FONTES

26 - GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-184**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

27 - NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viajem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauhí e de norte a sul de Goiaz**. In: Memória do Instituto Oswaldo Cruz. Tomo VIII. Fascículo II. Rio de Janeiro: IOC, 1916.

28 - SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1918.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Pedro Senojim de Mouno,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Saúde pública e saneamento no Piauí (1890-1930): saneamento, medicina e o "saneamento talentoso"
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de Setembro de 2018.

Pedro Senojim de Mouno
 Assinatura

Pedro Senojim de Mouno
 Assinatura